



CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

TRADICIONALIDADE CAMPONESA E CONTRADIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES (PNLM): O CASO DAS
COMUNIDADES DE BURITI AMARELO E PONTA DO MANGUE EM
BARREIRINHAS – MA

GIVANILSON TRINDADE SOUSA

SÃO LUÍS

2019

GIVANILSON TRINDADE SOUSA

**TRADICIONALIDADE CAMPONESA E CONTRADIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES (PNLM): O CASO DAS
COMUNIDADES DE BURITI AMARELO E PONTA DO MANGUE EM
BARREIRINHAS – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia
Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão,
campus São Luís - MA, como requisito para obtenção do
título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra

SÃO LUÍS

2019

P1 de 11

Sousa, Givanilson Trindade.

Tradicionalidade camponesa e contradições socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM): o caso das comunidades Buriti Amarelo e Ponta do Manguê em Barreirinhas - MA / Givanilson Trindade Sousa. – São Luís, 2019.

89...f

Monografia (Graduação) – Curso de Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra.

1.Conflitos socioambientais. 2.Preservação ambiental. 3.Lençóis maranhenses.
I.Título.

GIVANILSON TRINDADE SOUSA

**TRADICIONALIDADE CAMPONESA E CONTRADIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES (PNLM): O CASO DAS
COMUNIDADES DE BURITI AMARELO E PONTA DO MANGUE EM
BARREIRINHAS – MA**

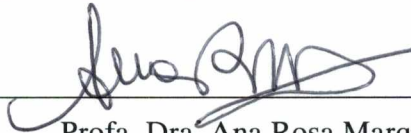
Monografia apresentada ao Curso de Geografia
Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão,
campus São Luís - MA, como requisito para obtenção do
título de Licenciatura em Geografia.

Aprovada em: 11/12/2019

BANCA EXAMINADORA



Ademir Terra (Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Prof. Dra. Ana Rosa Marques
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Prof. Dra. Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

SÃO LUÍS

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço, ao meu orientador Ademir Terra pelas orientações/desorientações (entropia), pelos conselhos, pelos encaminhamentos teóricos referentes a Geografia Agrária, Epistemologia e Geografia Econômica; e pelas orientações/desorientações ao longo da minha trajetória acadêmica na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Aos camponeses das comunidades de Buriti Amarelo e Ponta do Mangue pela recepção e aconhidas durante as visitas técnicas.

À Zeliane de Jesus Silva Costa minha parceira, pelo carinho, respeito e pela contribuição sobre a temática de unidades de conservação e campesinato.

À minha mãe Eliene de Jesus Trindade pelo amor, cuidado e sobretudo pelo respeito a minha escolha de cursar Geografia Licenciatura. Mãe te amo muito...

Ao meu pai Josivaldo Sousa pelo amor e respeito demonstrados com gestos indescritíveis, os quais expressam a sua grandiosidade. Te amo muito, de coração...

À Maria de Paiva pela atenção e respeito. Te admiro pela esperança de um mundo melhor e equitativo e que respeite as diferenças.

Ao meu irmão Antonio Araujo Cruz, pela amizade e discussões de natureza teórica às quais subsidiaram minha vida acadêmica e pessoal expandido meus horizontes e perspectivas de vida.

Ao irmão e amigo Henrique Coelho, pela amizade e discussões teóricas a respeito de temas relevantes da ciência geográfica, os quais repercutiram em minha vida acadêmica e cidadã.

À Fabiana Frazão, pelo companheirismo cotidiano durante a graduação e constante presença no grupo de pesquisa GEPQAM.

À Thais Fernandes pelos momentos de confraternização, de fraternidade e de discussões teóricas. Te respeito e admiro sua dedicação às atividades acadêmicas.

À Poliana Carvalho por me acessar sobretudo nas questões de natureza informacional, salvando-me das gambiarras que faço no PC.

À Wilane pela militância feminista desempenhada na academia e na sociedade emersa no conservadorismo. A tua esperança me move!

Ao meu irmão e amigo Alex Pereira pelos momentos de descontração que passamos juntos nos trabalhos de campo.

À Elayne Veloso por despertar em mim a sensibilidade, a empatia, qualidades essas significantes para entender o outro.

Ao Vanderson Viana Rodrigues pela luta, militância diária contra o fascismo o qual asfixia a sociedade brasileira.

Ao Washinton Luis pelas reflexões teóricas sobre epistemologia da ciência geográfica, sobre Geografia Urbana e sobre Geografia Econômica que contribuíram no meu amadurecimento acadêmico.

Ao Will Sandro pela contribuição na confecção dos mapas os quais estão dispostos neste TCC.

À Iderluce pelo suporte, respeito, conselhos e carinho dispensados durante os quatro anos de graduação.

Ao meu tio João pelo contribuição na minha formação moral com valores os quais levo comigo para vida toda.

Ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra pela luta contra a desigualdade social no campo e pela militância contra o capitalismo, modelo econômico responsável pela ampliação das desigualdades.

À Associação de moradores de Ponta do Mangue e Buriti Amarelo pela luta e resistência frente às reprimendas do ICMBio.

À Sra. Maria do Celso moradora de Ponta do Mangue por ter concedido entrevista e documentos para subsidiar a nossa pesquisa.

Ao Sr. João do Vale pela entrevista, hospedagem em sua residência durante duas semanas e por ter me conduzido pela comunidade Buriti Amarelo.

Ao André Lucas, meu amigo conselheiro pelos momentos de descontração que compartilhamos.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Aquestão Agrária e Movimentos Sociais - GEPQAM pela concessão do espaço de pesquisa.

Ao Centro Acadêmico de Geografia - CAGEO pelo espaço de militância contra o neofascismo o qual esta desmontando o Estado Democrático de Direito.

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA pela de co Iniciação Científica que desencadeou meu TCC.

A direção do curso pelo empenho nas resolutivas das questões acadêmicas pertinentes ao corpo docente e discente.

Ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo horizonte possível no tocante as políticas sociais voltadas a educação e distribuição de renda aos que mais precisam.

*A bandeira vermelha se moveu / É um povo tomando posição
Deixe o medo de tudo pra depois / Puxe a faca desarme sua mão
Fique muito tranqüilo pra lutar / Desamarre a linha da invasão
A reforma está vindo devagar / Desembocar no rio da razão
Disparada de vacas e de bois / É o povo tomando posição
É o povo tomando direção.*

Zé Ramalho

LISTA DE SIGLAS

- ABG – Associação de Agronegócio
- AJA – da Alfabetização de Jovens e Adultos
- CDH – Centro de Direitos Humanos
- CEB – Conselho Eclesias de Base
- CEMAR - Companhia Energética do Maranhão
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário
- EJA - Educação para Jovens e Adultos
- FETAEMA - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- PARNA – Parque Nacional
- PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PNLM – Parque Nacional dos Lençóis Maranhense
- PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
- PQA – Paradigma da Questão Agrária
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- UC – Unidade de Conservação
- UFMA – Universidade Federal do Maranhão
- UPI – Unidade de Proteção Integral

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma da concentração fundiária.....	24
Figura 2 - Localização Geográfica do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - PNLN ..	33
Figura 3 - Lagoas e dunas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	34
Figura 4 - Mapa do Limite Municipal de Barreirinhas/ Maranhão - Brasil.....	43
Figura 5 - Localização Geográfica da Comunidade Ponta do Mangue no PNLN	52
Figura 6 - Organização espacial da comunidade Ponta do Mangue	54
Figura 7 - Localização Geográfica da Comunidade Buriti Amarelo no PNLN.....	60
Figura 8 - Mapa de espacialização da comunidade de Buriti Amarelo	61
Figura 9 - Criação de caprinos.....	63
Figura 10 - Criação de galináceos	63
Figura 11 - Doce de buriti.....	64
Figura 12 - Puçá.....	64
Figura 13 - Castanha do caju	64
Figura 14 - Côfo	65
Figura 15 - Socó	65
Figura 16 - Resíduo Sólido depositado por turistas nas dependências do PNLN.....	73
Figura 17 - Motor movido a diesel	74
Figura 18 - Placas solares	74
Figura 19 - Croqui sem escala da comunidades segundo suas atividades de base	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População Residente nos Municípios que compõem o PNLM em 2010.	34
Gráfico 2 - Lavouras Temporária dos Municípios que integram o PNLM em 2017.....	35
Gráfico 3 - Rebanhos do município de Barreirinhas - MA	36
Gráfico 4 - Entidade de classe dos moradores.....	36
Gráfico 5 - Escolaridade dos municípios de Barreirinhas, Primeira cruz e Santo Amaro.....	37
Gráfico 6 - Características étnica do município de Barreirinhas no Maranhão em 2010.....	44
Gráfico 7 - População Urbana/rural de Barreirinhas de 1970 a 2010.....	44
Gráfico 8 - Produção Agrícola do Município de Barreirinhas em 2017.....	46
Gráfico 9 - Efetivo de Rebanhos por Cabeça no Município de Barreirinhas em 2017	47
Gráfico 10 - Entidades de classe e programas sociais de ponta do mangue	53
Gráfico 11 - Escolaridade na comunidade Ponta do Mangue do PNLM.....	55
Gráfico 12 - Famílias assentadas pelo INCRA no Brasil	83
Gráfico 13 - Perfil da disponibilidade de terra no Brasil entre os anos 1985 a 2017	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos Estruturais do Campesinato	22
Quadro 2 - Implicações ambientais no governo Bolsonaro.....	41
Quadro 3 - Criação de animais dos produtores na comunidade Buriti Amarelo no PNLM	62

RESUMO

O conflito socioambiental entre moradores e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses especificamente no município de Barreirinhas no Maranhão tem origem com efetivação da criação da Unidade de Conservação no ano de 2002 e a sua demarcação do parque. A implantação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses transformou o modo de vida dos habitantes locais em razão das normas e restrições impostas pelo plano de manejo dispostos na lei de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que faz a gestão das Unidades de Conservação em suas várias modalidades. As comunidades situadas nas dependências do parque têm seu modo de vida drasticamente afetado pelo turismo, sobretudo nas atividades agropastoris e o extrativismo exercido pelos camponeses desde a ocupação do território por seus ancestrais. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade considera que a solução mais coerente seja a retirada dos habitantes do parque, alegando que estes são os maiores responsáveis pela degradação ambiental, por outro lado os camponeses, vivem no território a várias gerações antes mesmo da criação do parque. Entretanto, a lei só é efetiva na disciplinação dos moradores locais, uma vez que os turistas degradam o ambiente, no entanto, a estes não é aplicado qualquer penalização. Por isso, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade contraditoriamente alega “penalizar” as agências de turismo com multas com o intuito de coibir tais práticas, além disso, verifica-se grandes construções, pertencentes à particulares, principalmente na zona de amortecimento, à qual também se aplica a legislação atinente ao parque, evidenciando que o foco das ações repressoras incidem apenas nas comunidades camponesas, às quais, são desassistidas, pelo governo e são sacrificadas para garantir lazer aos “urbanoides”.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais; Preservação Ambiental; Lençóis Maranhenses.

ABSTRACT

The socio-environmental conflict between residents and the Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) on the perimeter of the Lençóis Maranhenses National Park specifically in the municipality of Barreirinhas in Maranhão originates with the creation of the Conservation Unit in 2002 and its demarcation. The establishment of the Lençóis Maranhenses National Park has transformed the way of life of local inhabitants due to the norms and restrictions imposed by the management plan laid down in the law of creation of the National System of Conservation Units, which manages the Conservation Units in their various modalities. The communities located in the park's dependencies have their way of life drastically affected by tourism, especially in the agropastoral activities and the extractivism exercised by the peasants since the occupation of the territory by their ancestors. The ICMBio considers that the most coherent solution is the removal of the inhabitants of the park, claiming that they are mainly responsible for environmental degradation, on the other hand, the peasants live in the territory for several generations before the creation of the park. However, the law is only effective in disciplining residents, as tourists degrade the environment, but they are not penalized. For this reason, the ICMBio contradicts itself as "penalizing" tourism agencies with fines in order to curb such practices, in addition, there are large constructions belonging to private individuals, especially in the buffer zone, to which also applies to legislation regarding the park, evidencing that the focus of the repressive actions only focuses on the peasant communities, to which they are unassisted by the government and are sacrificed to guarantee leisure to the urban residents.

Keywords: Socio-environmental Conflicts; Environmental preservation; Lençóis Maranhenses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	17
1.1. Comunidades tradicionais.....	17
1.2. Campesinato	20
1.3. Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.....	24
2. PARQUES NACIONAIS: QUESTÃO FUNDIÁRIA A ÉGIDE DA QUESTÃO AGRÁRIA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	29
3. O PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES – PNLN	32
3.1 Política-Econômica: privatização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	37
4. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE BARREIRINHAS NO MARANHÃO ...	42
5. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES	47
6. COMUNIDADES CAMPONESAS ESTUDADAS	51
6.1. Comunidade Camponesa de Ponta de Mangue.....	51
6.2. Comunidade de Buriti Amarelo	60
6.3. Conflitos nas Comunidades de Ponta do Mangue e Buriti Amarelo.....	68
6.4. Energia Elétrica e Termo de Compromisso nas Comunidades de Ponta do Mangue e Buriti Amarelo	73
6.5 Turismo Nas Comunidades De Ponta do Mangue e Características Edafoclimáticas das Localidades.....	75
6.6. Atividades econômicas das Localidades.....	77
7. COMUNIDADES TRADICIONAIS E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

Os camponeses que habitam o Parque Nacional dos Lençóis Maranhense (PNLM) em Barreirinhas no Maranhão, historicamente exerceram/exercem o extrativismo, a pesca artesanal e atividades agropastoris de subsistência, utilizando a natureza como fonte de recursos. Toda a produção camponesa é realizada na unidade familiar, que se constitui como uma forma específica de produzir, sobretudo os gêneros agropecuários como afirma Silva (2014):

A produção camponesa se mantém através de formação social, resistência, valores culturais, saberes e fazeres de um povo utilizando o acesso de forma livre e autônoma de relação com a terra, floresta e águas respeitando-as e mantendo os valores culturais de recursos auto criados e auto manejados na prática produtiva e valorizando as formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais. Nesse sentido, vale ressaltar que o modo da agricultura camponesa não está separado do modo de viver das famílias, isso quer dizer que é um valor de referência da agricultura camponesa (SILVA, 2014 p. 17).

Segundo D'antona (2000) as famílias camponesas foram fortemente impactadas, em sua pequena produção a partir do ano 2000 em detrimento da atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBMA), o qual redemarcou os limites do PNLM e encaminhou a primeira equipe de ambientalistas em 2002 desencadeando conflitos socioambientais.

Posteriormente, em 2007 transferiu-se a gestão do Parques Nacionais (PARNAS) ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio¹), em função da atuação efetiva, o órgão gestor da Unidade de Conservação (UC), que passou a monitorar suas ações, penalizando-os, com respaldo na legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), à qual foi criada no mesmo ano para gerenciar os Parques Nacionais (PARNAS), dando início a um conjunto de novos conflitos envolvendo os comunitários que habitam nas dependências do parque, esta nova conflitualidade, por eles vivenciada, orbita em torno das ações orquestradas pelo órgão gestor.

No conjunto dos conflitos que compõem a conflitualidade, destaca-se ainda, aqueles gerados pela implantação e implementação do ecoturismo que se desenvolve como atividade econômica no parque, atividade legal, de uso público, como preconiza o SNUC.

¹ (Dias, 2007, p.18) Até 1989 IBMA era o órgão gestor das comunidades de conservação Federais, e a partir de 2007, com a criação do ICMBio, essa responsabilidade passa a ser atribuição deste órgão Ambiental.

Todavia, as atividades até aqui desenvolvidas pelos turistas, têm demonstrado serem claramente nocivas ao meio ambiente; adiciona-se ao rol dos conflitos que envolve os camponeses do PNLM, a construção da rodovia MA-402, que liga São Luís capital do Maranhão ao município Barreirinhas, que complexifica ainda mais a conflitualidade do parque.

O PNLM foi inserido no conjunto das Unidades de Proteção Integral, ou seja, o SNUC limita a reprodução desses sujeitos no parque e na zona de amortecimento (área que se localiza no entorno desta modalidade de UC), cuja finalidade é diminuir ação humana, impondo normas e restrições, esse é o elemento primordial para eclosão dos conflitos socioespaciais mais expressivos na atualidade nas dependências do parque, ainda que neste esteja ausente “uma zona intangível, aquela onde os processos naturais são preservados em sua totalidade sem a interferência do homem” (CASTRO, 2012 p. 173).

O objetivo da presente pesquisa é analisar comparativamente o processo de institucionalização dos conflitos socioambientais que envolve os camponeses nas comunidades Buriti Amarelo e Ponta do Mangue, a partir da implantação PNLM.

Os objetivos específicos propõem, realizar levantamento socioeconômico e cartográfico das comunidades Buriti Amarelo e Ponta do Mangue localizadas no PNLM; Compreender a importância e o papel das áreas protegidas, bem como o modelo de gestão implantado no Brasil e no PNLM em particular; averiguar as consequências do modelo de gestão adotado para PNLM, com destaque para as comunidades Buriti Amarelo e Ponta do Mangue; Analisar impacto do turismo nas comunidades tradicionais que estão no perímetro do PNLM; Analisar a atuação dos sindicatos e entidades de representação civil frente ao ICMBio.

Numa primeira visita exploratória às comunidades Buriti Amarelo e Ponta do Mangue, verificou-se conflitos que tiveram origem na efetivação do parque como Unidade de Conservação Integral, processo este, do qual, foi prescindida a participação dos camponeses, como afirmou Terra (2017):

O PNLM padece de um “pecado original”, uma vez que as políticas de sua criação, levadas a cabo pelo poder público, foram realizadas com pouca ou nenhuma participação da população que nele habitava/habita, ou que fazia/faz uso dos seus recursos como meio de subsistência, originando o mais crítico conflito da atualidade nessa unidade. A definição da área como UPI, à revelia da população local, teve profunda repercussão na vida dos comunitários, tendo em vista que a ocupação desse território não é recente, mas decorre de um processo histórico carregado de territorialidades, construídas ao longo de gerações que desenvolveram ali um gênero de vida específico. (TERRA, 2017, p. 254).

Desta forma, o estudo das comunidades tradicionais no PNLM se configura como urgente dada à dinâmica dos conflitos entre comunitários e o Instituto ICMBio, face às restrições impostas pelo órgão, segundo o qual a permanência dos camponeses e suas práticas não coaduna com a preservação ambiental, todavia, segundo (CASTRO, 2012) estes habitam na área à gerações, muito antes institucionalização do PARNA em 1981.

Justifica-se o estudo, pois pretende-se contribuir para fins de planejamento e ordenamento do território, assistindo os camponeses, os quais são entendidos pelo órgão gestor como agentes de degradação do meio ambiente. Nesse sentido, a pesquisa se faz necessária para “construir vozes compartilhadas” aos atores sociais criminalizados e desassistidos pelo poder público, tal fato se figura genérico às populações que residem nos PARNAS (Arruda, 1999) os quais são unidades de proteção integral.

A opção por tais objetivos é justificada também, tendo em vista que as dimensões por eles abarcadas são pouco evidenciadas por aqueles que não têm um contato maior com os camponeses do parque, sobretudo, nestas comunidades que são pouco ou não contempladas pelas rotas turísticas do PNLM.

Propomos uma abordagem qualitativa complementada pela quantitativa, com a utilização de cinco (05) entrevistas semiestruturadas, caracterizadas por Denker (2000, p. 137) como “uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa e de novas consultas documentais”.

Esse instrumento, segundo a autora, “permite maior liberdade do pesquisador”, pois admite a adição de perguntas não previstas, a depender do teor das respostas e das reações dos entrevistados. A pesquisa, dessa forma, tem possibilitado a compreensão da realidade por meio de uma relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos, uma vez que o conhecimento não é separado em partes e está em constante movimento.

Para tanto, empregamos como método o materialismo histórico, pois este possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos).

Para compreender tais aspectos, fez-se necessário, empreendermos reflexões teóricas, bem como investigar, como o órgão gestor concebe os camponeses que habitam o parque e quais medidas são postas em prática objetivando viabilizar o seu modo de vida.

Na busca por respostas a estes questionamentos iniciais, foram fundamentais as visitas a campo, estas nos permitiu uma maior aproximação com os atores sociais alvos da

pesquisa, o que nos proporcionou uma melhor apreensão da realidade bem como das peculiaridades dos recortes espaciais propostos.

Realizamos 5 (cinco) visitas técnicas às comunidades de Buriti Amarelo e Ponta do Mangue entre 2018 e 2019, com duração semanal, nestas realizamos rodas de conversas informais com os comunitários e oito (08) entrevistas semiestruturadas realizadas aos líderes das associações das referidas comunidades, além disso aplicamos questionários a representantes de órgãos governamentais e empresas que privadas que exercem alguma ingerência no parque.

Além dos comunitários entrevistou-se o Secretário de Turismo de Barreirinhas, responsáveis por agências de turismo do município, Secretário de Meio Ambiente de Barreirinhas, o representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) de Barreirinhas, representante da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), servidores do Instituto de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o do Centro de Diretos Humanos (CDH).

As maiores dificuldades da pesquisas referem-se a logística para deslocamento às comunidades às quais localizavam-se no interior e no litoral do parque partindo da sede de Barreirinhas, cuja acesso é difícil, o tráfego no interior do parque para os forasteiros é muito complicado. Apesar das dificuldades enfrentada para a realização da pesquisa, consideramos muito gratificante, pois possibilitou ao acadêmico/pesquisador conhecer outros atores sociais, outras realidades e perspectivas que temos a certeza que contribuiu muito para nossa formação. Destarte, esperamos que a pesquisa aqui apresentada também possa trazer alguma contribuição para a vida dos camponeses das comunidades alvo.

Assim, para a efetivação da referida pesquisa fez-se necessário investigações teóricas e empíricas, através da análise documental e da literatura ligada à questão dos conflitos socioambientais, Unidades de Conservação de Proteção Integral, Comunidades Tradicionais, Campesinato², Categoria Território, Territorialidade e outros, indispensáveis, para a realização desta pesquisa.

1. ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

1.1. Comunidades tradicionais

² Os habitantes do Parque se reconhecem de acordo com as características naturais das localidades como criadores, pescadores e agricultores contudo a escolha teórico metodológica do campesinato ocorre porque trata-se de um conceito político, além disso, unifica a luta dos agentes socioespaciais do campo os quais compõem suas realidades multifacetadas.

As comunidades tradicionais aqui analisadas habitam a séculos a área que foi transformada no PNLN, por isso reivindicam o direito de se manterem naquele que consideram seu território, pois é o lugar de sua história, crenças, produção e cultura. O saber tradicional nos remete aos valores que esses indivíduos desenvolveram ao longo de gerações, caracterizados por ter uma lógica específica de organização e contato com a natureza.

Por tudo isso, podemos enquadrá-los como comunidades tradicionais, cuja definição foi dada pelo Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 que reconhece comunidades e povos tradicionais, como grupos culturalmente diferenciados que usam os recursos naturais para manutenção social, econômica, cultural, religiosa e ancestral tem como objetivo basilar a garantia dos direitos territoriais desses povos e comunidades (BRASIL, 2007).

O território para estas comunidades camponesas transcende o econômico, isso porque nele estão sepultados os seus ancestrais e também pela prevalência dos conhecimentos locais que são passados de geração para geração, através da oralidade, os moradores conhecem todos os membros e elementos que constituem a comunidade e seus significados simbólicos.

Os povos e comunidades tradicionais historicamente foram/são marcados pela exclusão social e territorial, e este para eles é o bem mais “precioso”, é o exemplo cabal de que o Estado está a serviço de uma dada classe.

Lembramos que em 1850 criou-se a lei de terras no Brasil, que concedia o domínio da terra por intermédio do registro cartorial, ou seja, pela compra garantia-se a manutenção do território, em 1891 transferiram-se as terras devolutas para o Estado o que permitiu controle dessas terras pelas oligarquias governamentais:

A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da Abolição da escravatura um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudessem mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro (MARTINS, 1981, p. 42).

Esses povos têm inúmeros direitos garantidos pela constituição de 1988 e quem quer que seja que prejudique a sua reprodução imaterial e material é passível de punições, contudo o que se evidencia é o não cumprimento da lei, pois de acordo com Art. 216 Constituição Federal consta:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [...]

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

O direito de reprodução material e imaterial é garantido também pela Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (2004), à qual o Brasil é signatário, entretanto, não se vê evidência concreta da atuação do Brasil no sentido de minimamente mitigar os problemas enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais. O artigo 6º afirma que qualquer demanda envolvendo tais comunidades deverão necessariamente ser consultadas e com participação ativa em todo o processo:

Artigo 6º 1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem; c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim. 2. As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado.

O maior obstáculo para reprodução desses povos e comunidades refere-se à invisibilidade social, ou seja, o Estado “não olha” para esses atores sociais que são/estão colocados à margem da sociedade, por essa razão não são amparados pelo governo em ações que mitiguem a pobreza no campo.

Os camponeses tradicionais se configuram como uma classe de baixa “classicidade” porque ora resistem, ora se subalternizam, num relação dialética inerente a lógica do grande capital (SHANIN, 1979), contudo ressalta-se que prepondera a resistência que se manifesta na luta pela permanência no território, isso porque ao subalternizar, o capital absorve os territórios tradicionais fazendo emergir a resistência camponesa. O autor colocar também que campesinato é uma classe grosseira que faz parte de um mundo cruel por isso, luta pela autonomia.

Resistir é lutar contra os padrões “globais” que estão estabelecidos, mantendo firme sua ética, à qual Woortmann (1990) vai denomina de ética camponesa, a que se fundamenta na tríade trabalho, família e terra, regidos pela honra, hierarquia e ajuda mútua.

1.2. Campesinato

O campesinato é um termo europeu incorporado pelas esquerdas do Brasil a partir da década 1950 materializado pelas Ligas Camponesas, cuja origem se deu em 1946 entorno de horticultores em Pernambuco³, antes da importação do termo esses atores sociais recebiam denominações regionais conforme suas especificidades locais e socioculturais:

Antes disso, um trabalhador parecido na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, especifica até em cada região. Famoso tornou-se o caipira, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado de caicara. No Nordeste do país, chamam-no de tabaréu. Noutras partes é conhecido como caboclo, palavra muito difundida que quer dizer diferentes em diferentes épocas e em diferentes lugares: em São Paulo do século XVII era designação depreciativa pela qual se nomeiam os mestiços de índios e brancos; no Norte do País é a palavra empregada para distinguir o pagão do Cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco; em várias regiões é a palavra que se designa o homem do campo, o trabalhador (MARTINS, 1981, pp. 21-22).

A apropriação política do campesinato tem como cerne o Partido Comunista Brasileiro (PCB) o qual entende que o socialismo só seria possível se houvesse uma aliança entre camponeses e operários possibilitando uma aliança revolucionária e a Igreja Católica que articulou/articula esses atores sociais nas chamadas irmandades⁴ às quais se constituíram núcleos de resistência da luta pela terra:

Iniciado esse trabalho, o Partido Comunista entendeu que deveria ajudar a criar as organizações dentro da área de possibilidades dos trabalhadores do campo: os assalariados, meeiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários. Portanto, essa forma de organização deveria estar, repito, em nível de entendimento dessas camadas de trabalhadores do campo, de tal forma que elas pudessem manejar esse tipo de entidade. Mas, o subjetivismo, naturalmente, esteve presente. Entendeu-se que deveríamos partir da forma de organização conhecida por esses trabalhadores que, em geral, era dada pela Igreja Católica, à qual, em sua maioria, eram ligados (OLIVEIRA, 2007 p.105)

³ A origem da expressão —Ligas Camponesas— está relacionada ao movimento de organização de horticultores da região de Recife pelo PCB. A maioria desses núcleos desapareceu, depois do fim da legalidade do Partido. A primeira delas foi a —Liga Camponesa de Iputingal fundada em 3 de janeiro de 1946 em Pernambuco, que resistiu por um tempo mais longo em Pernambuco, que resistiu por um tempo mais longo. (OLIVEIRA, 2007, p. 105)

⁴ [...] partindo dessa primeira ideia, dessa primeira compreensão de que estando os trabalhadores ligados à Igreja, as chamadas Irmandades eram a forma de aglutinação que o trabalhador entendia, porque no seio da Igreja os seus adeptos são organizados em vários grupos, como a Irmandade de São José, a Irmandade de Santo Antônio, as Filhas de Maria e por aí fora. Era isso que ocorria. (OLIVEIRA, 2007, p. 105)

Essas instituições foram essenciais para a mobilização das Ligas Camponesas no seu início, entretanto os traíram, a Igreja Católica para manutenção da propriedade privada temendo ameaça comunista:

A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salva-lo do comunismo. As propostas de reforma agrária que nascem dessas interpretações são, portanto, propostas destinadas a criar uma classe de camponeses que servisse como barreira de contenção da maré vermelha. Ampliar o número de pequenos proprietários para salvar a propriedade privada (MARTINS, 1981, p. 88).

O PCB negou a reforma agrária radical e aderiu à reforma agrária parcial abraçando assim os interesses da classe dominante. O partido coloca-se a favor do assalariamento dos trabalhadores rurais divergindo com os campônios que tem sua égide no trabalho autônomo:

Enquanto em 1958 a contradição principal assinalada era a que opunha a nação ao imperialismo americano e seus agentes internos, agora também é assinalada como contradição fundamental aquela que opõe as forças produtivas em crescimento ao monopólio da terra, que se expressa na oposição entre os latifundiários e as massas camponesas. A luta pela reforma agrária radical seria concretizada pelo caminho das medidas *parciais*. Finalmente, a atenção principal deveria ser dirigida aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. [...] Essa mudança clara, em que o assalariado passa para o primeiro plano e o camponês para o segundo, norteou o afastamento do PCB em relação às Ligas, mediante a competição entre o sindicato e a Liga (MARTINS, 1981, p. 86).

A Igreja Católica em seu compasso e descompasso foi fundamental para significação e ressignificação do campesinato, os grandes movimentos do campo em sua maioria têm sua gênese nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB)⁵ é o caso específico do Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que tem sua filosofia sustenta na teologia da libertação que prima pela ajuda aos que mais precisam “os pobres e excluídos”:

A ação de inserção da Igreja Católica pode ser vista como insatisfação pedagógica e descontentamento social com a situação de miséria, de exploração do trabalho e de ampliação do latifúndio que causou o aumento da violência no campo. As palavras do deputado federal Chico Alencar exemplificam bem a atuação da Igreja Católica, de 1968 a 1992, anos em que podemos detectar o fortalecimento de setores progressistas nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e nas pastorais sociais (NASCIMENTO, 2010, p. 176).

⁵ Um fator essencial que contribuiu para o desenvolvimento e crescimento da luta foi à participação da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra. A CPT foi articuladora das diferentes experiências que constituíram uma nova realidade no campo. Durante o regime, as Comunidades Eclesiais de Base foram os espaços de socialização política que permitiram a recriação da organização camponesa. (FERNANDES, 2000, p. 49)

Embora o conceito de campesinato se mostre complexo por ser –guarda-chuva abrangendo dessa forma um conjunto representativo de sujeitos do campo tais como: Trabalhadores Sem Terra, meeiros, faxinalenses, arrendatários, comunidades tradicionais, posseiros, quilombola, os quais expressam inúmeros aspectos que lhes são particulares e estão relacionados ao modo de vida dos camponês.

Tais características estruturais do campesinato são distintas umas das outras e sua presença é algo que depende do território camponês em questão (Quadro 1), segundo (CARVALHO, 2005) uma região pode apresentar inúmeros traços conforme seu conteúdo sociopolítico o qual se configurou historicamente trazendo para cena grupos cujas características são diferenciados em seus múltiplos contextos sociais.

Quanto ao destino do campesinato, o seu aporte teórico metodológico apresenta diversos caminhos, Kautsky (1980) e Lenin (1984) por exemplo, apontam o seu fim. Lenin direciona o fim do campesinato a partir da diferenciação interna no qual esse ato social se transformará pelo aumento produção e da comercialização em um grande proprietário (burguês do campo) ou se transformará em um proletário do campo, a questão central segundo esses atores marxista ortodoxos é o fim do campesinato por um desses caminhos.

Segundo Kautsky, (1980) o camponês está fadado a –destruição pela superioridade técnica e econômica da grande propriedade, contudo há uma integração camponesa com a grande propriedade pelo fato de os grandes proprietários utilizarem mão-de-obra camponesa.

Nesse sentido a grande propriedade vai ter um papel fundamental na reprodução dos camponeses ao possibilitar um complemento à sua renda nos períodos penosos das –empresas capitalistas, as atividades externas a unidade de produção familiar o autor denomina de trabalho –acessório.

Embora a conexão entre camponeses e empresários apresente-se como caminho para reprodução dos pequenos produtores familiares, a integração indústria e agricultura suprime a existência do –modo de produção doméstico. Ainda segundo Kautsky (1980) a única razão do campesinato continuar existindo é devido às crises do capital.

Quadro 1 - Elementos Estruturais do Campesinato

Força de trabalho familiar	A família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo.
Ajuda mútua entre os camponeses	É a prática que empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; como o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles.
Parceria	Ao estabelecer uma parceria, divide custos e ganhos; essa relação de trabalho pode ser uma estratégia que os camponeses utilizam para ampliar a área de cultivo e aumentar suas rendas.

Trabalho Acessório	Transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; uma fonte de renda suplementar na unidade camponesa.
Jornada de trabalho assalariada	Complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, o camponês passa, a combinar as forças de trabalho familiar e assalariada.
Socialização do camponês	Nela as crianças são iniciadas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança brincam com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando crescida, já dominam os instrumentos.
Propriedade da terra	Propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao trabalhador, é <i>terra de trabalho</i> , é propriedade do trabalhador, não é um instrumento de exploração; possui três situações: <i>camponês-proprietário</i> , <i>camponês-rendeiro</i> e <i>camponês-posseiro</i> .
Propriedade dos meios de produção	Exceto a terra, são em parte adquiridos e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas.
Jornada de trabalho	Não há rigidez de horário diário; a jornada de trabalho varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; combinam-se períodos de pouco trabalho (quando podem desempenhar um trabalho acessório ou produzindo instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando o nascer e o pôr-do-sol não são limites para a jornada de trabalho).

Fonte: SANTOS, 1978

Org.: SOUZA, 2019

O segundo caminho vai na contramão dessa proposta por entender o campesinato como um “modo de produção doméstica” o qual se configura como um modo de produção não capitalista, cujo cerne desse modo de produção é o provisionamento da unidade de produção familiar (CHAYANOV, 1925). O autor pontua que a unidade de produção tem um balanço entre produção e consumo equacionados pela mão de obra família “equação mãos e bocas” determinadas pela “natureza biológica” destacada por Woortmann (2001):

É a "natureza biológica" da família que determina as leis de sua composição - e as leis da economia camponesa. A família, como se viu, inclui unidades de consumo e unidades de produção e para caracterizar o grupo doméstico é preciso comparar o número de consumidores com o de produtores, assim como o tamanho da família. Existem famílias jovens com crianças pequenas, famílias maduras onde parte dos filhos já trabalha, famílias onde coabitam vários casais aparentados, assim como famílias velhas, "decadentes", com um casal de idade avançada cujos filhos foram embora. Seus dados empíricos abrangem todas as fases do ciclo de desenvolvimento (WOORTMANN, 2001, p. 7).

O trabalho campônio não utiliza o trabalho assalariado o que o configura como uma relação não capitalista de produção, isso porque o salário é o parâmetro de lucro e prejuízo, ou seja, ele é o critério mensurável da renda da terra.

Além disso, (CHAYANOV, 1925) aponta outro par dialético ao se referir à “satisfação e penosidade”, ou seja, o parâmetro da produção não é gerar excedente para capitalização mais o bem-estar dos membros da família camponesa.

Outro aspecto do arranjo produtivo dos camponeses refere-se ao externo/interno. quanto mais dependente de insumos providos pelo mercado menor o grau de “campesidade”, contudo observa-se na realidade camponesa forte protagonismo no que tange sua produção, eles são responsáveis pela confecção de seus meios de produção e retiram da unidade família os insumos necessários a sua produção (PLOEG, 2016).

Mesmo acumulando com excedente vendido os camponeses não se “diferencia” porque a lógica não é acumulação, ocasionalmente quando os campônios aumentam seu lucro sobre excedente eles diminuem sua carga de trabalho diminuindo sua acumulação, trabalho e penosidade garantem a reprodução da família.

1.3. Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário

Fernades (2008) afirma a existência de dois paradigmas que abarcam a realidade do campo brasileiro, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), os quais se materializam pelo conjunto de crenças, teorias, métodos e ideias que são defendidos por grupo específico de intelectuais configurando um paradigma (KUHN, 1987), tais sujeitos veem o “mundo” à luz de seu paradigma.

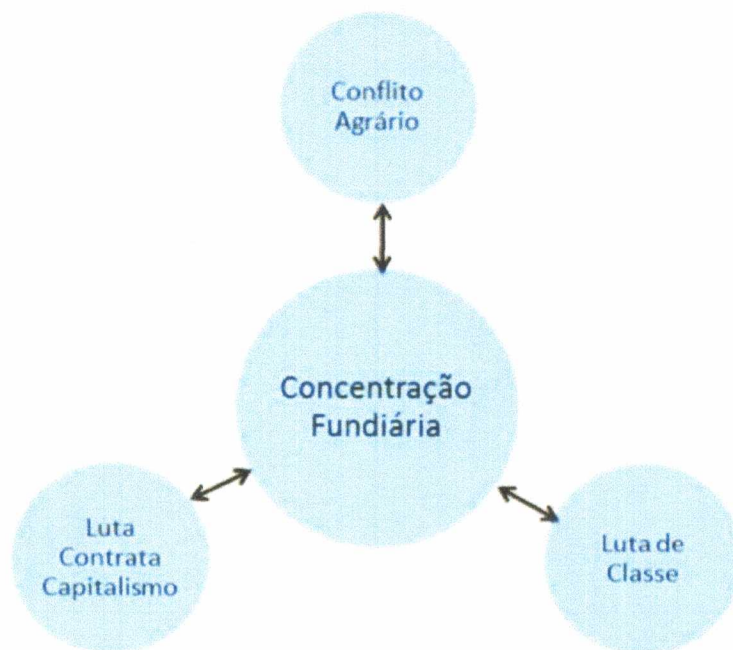
O PQA entende como um problema “Estrutural do capitalismo” (FERNADES, 2008), ou seja, a única forma de superação desse empecilho seria a superação do sistema capitalista. Ainda segundo o autor os elementos nucleares da questão são: “conflitos, luta contra o capitalismo e luta de classes”.

O elemento primordial da PQA é concentração fundiária que no Brasil se configurou historicamente, desde a colonização portuguesa com as Capitâneas Hereditárias, que consistia na concessão de uso das terras na colônia aos donatários, contudo não havia concessão à propriedade:

Nos quadros do Antigo Regime a América Portuguesa emergiu como destacada área da colonização moderna, o que, desde logo, estabeleceu determinado padrão de ocupação do solo. A partir de legislação já existente em Portugal e aplicada anteriormente em Cabo Verde e na Ilha da Madeira, optou-se pela divisão do território em extensas capitâneas de caráter hereditário. Na verdade a Coroa portuguesa detinha a posse da terra, cedendo-se aos ocupantes a concessão de uso com direito a herança, de modo que inexistia a propriedade privada da terra nesse modelo adotado inicialmente, apenas a sua concessão (NAKATANI, et al. 2012, p. 215).

A concentração da terra é o pivô dos conflitos e das lutas de classe no campo brasileiro (Figura 1), por essa razão foi criado na década 1980 o PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, no intuito de amenizar os conflitos fundiários (OLIVEIRA, 2007).

Figura 1- Fluxograma da concentração fundiária



Org.: SOUSA, 2019

Para Fernandes (2001) a luta pela terra por intermédio das ocupações a fim da realização da reforma agrária é um importante elemento da questão agrária protagonizada pelos movimentos sociais, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que constitui forte resistência ao capital hegemônico que desterritorializa o camponês e se territorializa expropriando-o de seu território.

A luta de classes no paradigma da PQA figuradas no conflito do agronegócio versus camponeses, cujo cerne da disputa é a propriedade da terra, no caso específico dos camponeses a permanências em seus territórios frente à ação do capital (FERNANDES, 2008). Surge nesse sentido, a resistência pela manutenção de seus territórios, seu modo de vida ligado a seus valores éticos, culturais, sociais e econômicos.

Para Marques (2008) camponês é uma importante categoria analítica do PQA que se manifesta como classe social por apresentar seu par dialético (agronegócio) e como um modo de vida heterogêneo e singular cujas relações de produção não estão integradas ao mercado:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 10).

O termo camponês bem como latifundiário outora tinham denominações próprias, são sigularizados na luta de classes assumindo lugares opostos no discurso ideológico. Essas palavras expressam dialeticamente a luta de classes e conteúdo sociopolítico desses atores sociais:

Essas novas palavras — *camponês* e *latifundiário* — são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade as lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais (MARTINS, 1981, p. 22).

De acordo com Martins (1981), Fernandes (2001) e Oliveira (2007) o “capitalismo recria, destrói e recria o campesinato dentro do modo de produção capitalista”, ou seja, “as relações capitalistas criam relações não capitalistas de produção”. No desenvolvimento “desigual e contraditório⁶” o capital origina a subalternidade-resistência, movimento dialético do capital que cria e recria o campesinato em sua “periferia” evidente na luta pela terra:

Em seu desenvolvimento desigual, o modo de produção capitalista gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de produzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela é uma luta constante contra o capital (FERNANDES, 2000, p. 280).

Martins (1996) afirma que não há uma ruptura brusca da economia escravocata cuja a “mão de obra negra era capitalizada⁷”, para o modo de produção capitalista. Isso

⁶ A história que marca a *Longa Marcha* do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social. Ao abordá-la, deixo claro que minha compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua conseqüente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica, por conseqüência, está no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno. (OLIVEIRA, 2001, p. 185)

⁷ Essa exploração não abrange apenas o lucro médio de referência de um capitalista puro, mas também a conversão de capital em renda capitalizada, a parcela do excedente que o escravo pode produzir e que é

decorre das relações não capitalista vigentes no colonato, sobretudo na produção de alimentos na qual o colono produzia e dividia sua produção alimentícia com o grande proprietário, uma permanência não capitalista engendrada pelo capital.

Caio Prado Junior assevera que a ruptura do trabalho escravo pelo assalariado ocorreu em um movimento abrupto:

É um lugar comum, hoje em dia, em trabalhos de historiadores, sociólogos, economistas e cientistas políticos, estudam as transformações da sociedade brasileira em face da crise do trabalho escravo, a afirmação de que a servidão negra foi substituída pelo trabalho assalariado. [...] Mais adiante acrescenta que, com o abandono do sistema de parceria, a remuneração do trabalho “deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o apagamento de salários”[...] (MARTINS, 1996 p. 9).

Martins afirma que as relações não-capitalistas do modo de produção capitalista expressam-se no sentido de que os colonos sob regime do “colono⁸” não recebem salários, pelo contrário pagam pela concessão do uso da terra para produção de alimentos:

Não era o fazendeiro quem pagava o trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimento durante a fase da formação. A principal forma de capital absorvida na formação da fazenda de café era o trabalho – trabalho que se convertia diretamente em capital constante, no cafezal (MARTINS, 2010, p. 63).

Para o autor o modo de produção capitalista preserva relações não-capitalistas tal como afirmou Marx na “acumulação primitiva⁹” e mais tarde Rosa de Luxemburgo. Destacando a formação do exército de reserva constituído da expropriação dos camponeses os quais constituíram o proletariado urbano.

Sob essa égide Martins (2010) afirma que constitui a economia de colonato que matem a renda capitalizada (do cativo do negro para o cativo da terra) e exclui o caráter pré-capitalista:

Fiz dessa constatação uma hipótese que abrangesse não apenas relações pré-capitalistas, mas o que o próprio Marx e, mais tarde, Rosa Luxemburg definiram como relações não capitalistas. Foi o que me permitiu desenvolver a análise do regime de colonato nas fazendas de café, constituído de relações de trabalho que foram historicamente criadas na própria substituição do trabalhador escravo, conforme as necessidades do capital, sem que no final viesse a se definir um regime de trabalho assalariado nos cafezais. Da mesma forma, esse processo não recuperou relações de produção pré-capitalistas (MARTINS, 2010, p. 20).

antecipadamente paga ao mercador de escravos, o fundamento não capitalista da reprodução do capital. (MARTINS, 2010, p. 30)

⁸ Colono significava trabalhador estrangeiro na maioria advindo da Italia residente, com a família, incumbido do trato e da colheita do café.

⁹ No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. (HARVEY, 2005, p. 124)

Segundo Harvey (2005) a acumulação primitiva está superada pois, tal termo remete ao passado numa perspectiva evolucionista, quando na verdade vai na contramão sendo um processo em andamento que de acordo com (HARVEY, 2005, p. 121) “parece estranho qualificar de "primitivo" ou "original" um processo em andamento, substituirei esses termos pelo conceito de "acumulação por espoliação".

O PCA surgiu na década de 1990, quando então emerge o agricultor familiar, nomenclatura adotada pela Associação Brasileira de Agronegócio (ABG) que incorporou a ideia de cadeia produtiva à agricultura família a partir de políticas públicas em específico a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), deixando evidente que esse ator social do campo brasileiro surgiu da articulação do mercado com as políticas públicas:

A proposta econômica e política de inserção competitiva da denominada "agricultura familiar" nos mercados, no âmbito do que passou a se denominar de cadeias produtivas, a partir da institucionalização em 1995 do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), já era uma tese defendida pela Abag, portanto em consonância com os interesses de classe do capital (CARVALHO, 2009, p. 4).

Abramovay (2007) inspirado por Lamarche (1993), é o principal defensor brasileiro desse paradigma, para o autor os camponeses estão fadados ao desaparecimento como previsto por Kautsky (1980) e Lenin (1984) assevera Fernandes (2001) ser pertinente a análises desses clássicos da questão agrária:

No território dos debates [...]. Entre os elementos estruturais que se encontram no centro da questão, estão os problemas relativos à diferenciação do campesinato. Nesse ponto, há diferentes leituras: de um lado, a premonição dos que acreditam na destruição do campesinato e uma possível hegemonia da condição de assalariamento; de outro, os que defendem a tese da persistência de relações não-capitalistas de produção, no contexto das desigualdades e das contradições das relações capitalistas de produção. Essas interpretações da questão contribuíram para a elaboração de distintas políticas referentes às leis trabalhistas e à reforma agrária. [...]. (FERNANDES, 2001, p. 27).

Abramovay (2007) afirma que o camponês se metamorfoseará em agricultor familiar integrando-se ao mercado deixando de ser autônomo e se “especializando” em um agricultor propriamente dito, passando de um modo de vida para uma profissão.

Ainda segundo o autor, os camponeses representam o atraso por não se integrarem ao mercado afirmando que sua “cultura e economia parciais” (ABRAMOVAY, 2007, p. 139). “[...] O capitalismo é por definição avesso à qualquer tipo de sociedade e de culturas espaciais” por estarem emersos na “barbárie”. A única forma de sobrevivência desses atores

sociais para o autor é integração à racionalidade econômica à qual se fundamenta na máxima produção.

Para Abramovay (1992) o camponês está fadado ao desaparecimento o “agricultor moderno” irá substituí-lo, a permanência do campesinato no sistema capitalista é algo conjuntural, ou seja, depende da conjuntura do sistema econômico em dado momento da história, segundo Veiga (1991) e Mendras (1984) os camponeses cada vez mais estão integrados ao mercado pelo fato do capital “asfíxia” o modo de vida camponês o qual se sustenta no seu “modo de produção doméstico”.

O caráter mercadológico do “agricultor familiar” o converte em um produtor de mercadoria para atender as demandas de mercado observado por Mendras (1984) na França quando o camponês passou de um modo de vida para um produtor de mercadoria, tendo como egiide a mudança econômica.

Segundo (SILVA, 1999; MENDRAS, 1984; ABRAMOVAY, 1992) a transformação do camponês em agricultor tem como egiide mecanismo financeiros como o Banco do Brasil, por exemplo, além disso destaca-se a mudança técnica da base produtiva do campo, quanto mais tecnicizada a produção maior a integração ao “modo de produção capitalista”

2. PARQUES NACIONAIS: QUESTÃO FUNDIÁRIA A ÉGIDE DA QUESTÃO AGRÁRIA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Segundo Vellejo (2009) a origem de “áreas espaciais” delimitadas remete aos primórdios da história, era garantia da conservação dos recursos naturais das Tribos, ainda segundo (VELLEJO, 2009, p. 157) “O processo de delimitação de “áreas espaciais” é uma prática muito antiga, já observada nas sociedades mais tradicionais, fato associado à conservação de recursos naturais e garantia da sobrevivência dos recursos naturais”.

A prerrogativa da criação do primeiro parque se sustenta no ideal da preservação contra as ações deletérias da comunidade urbana afim de preservar as belezas cênicas para as gerações futuras, salienta (VELLEJO, 2009, p. 157) “Os parques públicos começaram a surgir no século XIX, nos Estados Unidos, enquanto proposta de preservação das belezas cênicas e proteção dos bens naturais contra ação deletéria, particularmente da sociedade urbano- industrial”.

Segundo Diegues (2001) o primeiro Parque Nacional foi instituído nos Estados Unidos em meados do XIX, Yellowstone, fruto das ideias prevacionistas, às quais entendem

a natureza como um bem intocado e espiritual reverenciada esteticamente, contudo o conservacionismo a compreende como recurso, nesse sentido a natureza é mercadoria, ambas teorias contemporâneas e distintas quanto ao olhar da natureza:

Se a essência da "conservação dos recursos" é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Na história ambiental norte-americana, o conflito entre Gifford Pinchot e John Muir é usualmente analisado como um exemplo arquetipo das diferenças entre a conservação dos recursos e a preservação pura da natureza (DIEGUES, 2001, p. 30).

Apesar da discrepância entre preservacionismo e conservacionismo convergiam acerca das áreas de conservação para o turismo das populações urbanas, e isso se deu sobretudo devido ao aumento considerável dessas áreas nos Estados Unidos (DIEGUES, 2001, p. 33) “passando de cerca de 14 milhões de acres em 1933 para cerca de 20 milhões em 1946 e o número de "monumentos naturais" passou de 33 para 86”.

Atividade turística manifesta-se como importante instrumento de convencimento da população das cidades (DIEGUES, 2001, p. 33). Os equipamentos turísticos nos parques, que tinham sido incentivados desde o começo para atrair apoio das populações urbanas (estradas asfaltadas e carros foram autorizados desde 1918).

Yellowstone foi instituído num território onde haviam comunitários tradicionais, os quais tinham com o território uma relação íntima, os ideólogos das áreas de conservação tiram da equação os índios norte-americanos que viviam à milhares de anos exercendo sua territorialidade, tirando o “homem da natureza”:

Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa. Por outro lado, desconsidera o fato que os índios americanos tinham podido viver em harmonia com a natureza por milhares de anos. Esse modelo de convivência parece não ser mais possível para aqueles ideólogos da "conservação" (DIEGUES, 2001, p. 37).

Ainda segundo o autor o preservacionismo vai se configurar como substrato teórico para o conservacionismo que vê na implementação dos Parques Nacionais (preservacionista) o principal responsável pela separação do “povos” e “parques”:

Sintetizando, a corrente preservacionista que serviu de ideologia para o movimento conservacionista americano, vê nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano industrial (DIEGUES, 2001, p. 37).

Algo que se expandiu para o terceiro mundo ocasionando conflitos gigantescos com as “comunidades tradicionais” de pescadores, extrativistas e índios cuja relação com o ambiente é simbólica.

Segundo Vellejo (2009) a globalização dos Parques Nacionais trouxe inúmeros problemas, sobretudo a luta pela permanência no território nos países de terceiro mundo:

Entretanto, a expansão do modelo norte-americano de preservação trouxe problemas para a permanência das chamadas *populações tradicionais* que ocupavam áreas naturais em diversos países. Foi o caso dos maasai, no Quênia, dos IK em Uganda e dos pescadores artesanais no Canadá (VEJO, 2009, p. 161).

A articulação dos movimentos sociais os quais tem uma perspectiva diferenciada de conservação ambiental, entendem a crise ambiental como algo consequente da crise do modelo de desenvolvimento capitalista.

Assesera Rocha et al (2010) que o Brasil o primeiro Parque nacional de Proteção Integral foi criado em 1937, o Nacional do Itatiaia, foi implementado com o preceito da conservação ambiental o qual não poderia sofrer quaisquer intervenções humanas. Sua posse está sob domínio do Estado esse princípio se estende a todas as Unidades de Conservação (UCs) do território nacional.

Segundo Vellejo (2009) a criação dessas UCs ocorrem sem consulta aos moradores que vivem no território, essa realidade permeia estas modalidades de UCs no Brasil, isso decorre da importação do modelo de Parque Nacional dos Estados Unidos, o qual não se atentou para as particularidades culturais, nacionais, regionais e locais.

A justificativa para criação dessa se fundamenta no conceito dos “vazios demográficos” que para os comunitários significa roubo de seu território no qual matem sua territorialidade peculiar, ou seja, para eles a natureza tem valor de uso como assesera (DIEGUES, 2001, p. 65) “Essa atitude é vista pelos moradores locais como um roubo de seu território que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes”.

Segundo Diegues (2001) a retirada dos camponeses de seus territórios gera inúmeros desassossegos: primeiro, a impossibilidade de reprodução cultural, devido a retirada dos recursos têm caráter simbólico, segundo a “sobre-exploração” que ocorre após criação do parque que torna a utilização dos recursos ilegais por parte dos camponeses, os gestores das UCs rotulam esses sujeitos expessamente de criminosos, posto em evidência nos planos de manejo.

3. O PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES – PNLM

O PNLM compreende os municípios de Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinha, situa-se nas coordenadas geográficas 02 19'S a 02 45'S e 42 44'W a 43 29'W (Figura 2), tem superfície de 155.000 hectares e 270 km, faz parte do bioma e ecossistemas Mangue, Cerrado, Restinga e Dunas, foi proposto pelo projeto RADAM-BRASIL na década de 1970, criado em 1981 pelo Decreto nº 86.060 de 02.06.81.

O parque recebeu essa nomeação por causa de seus aspectos fisiográficos, ou seja, possui relevo plano, constituído por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, às quais se assemelham a “lençóis jogados sobre a cama” (Figura 3).

O PNLM integra o grupo de Unidades de Proteção Integral, cujo, o interesse basilar é a proteção dos recursos naturais, e o instrumento utilizado para essa finalidade é o plano de manejo, o qual é encarregado pela gestão do parque (IBAMA, 2004). As atividades desenvolvidas na UC são uso público, fiscalização e pesquisa, e as atividades conflitantes são, pesca artesanal, pesca industrial, corte de mangue, extrativismo, caça, *rally*, ocupação irregular.

Figura 2 - Localização Geográfica do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – PNLM



Fonte: IBGE, 2017

Org.: TERRA, 2018

Figura 3 - Lagoas e dunas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

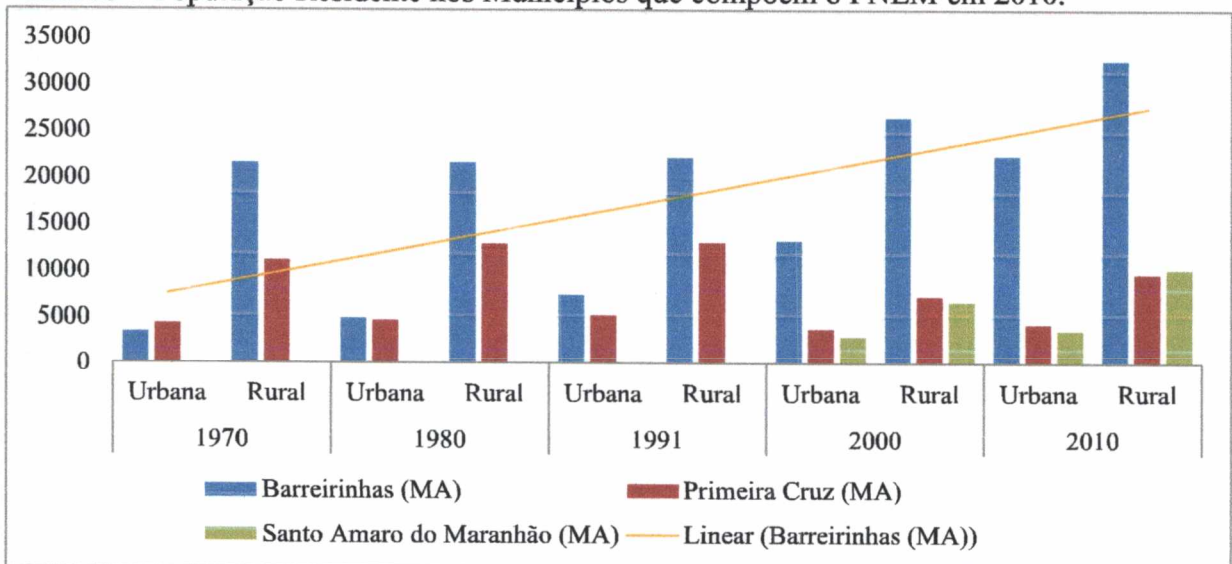


Fonte: Google, 2019

Adaptado: SOUSA, 2019

Nos três municípios onde se situa o PARNA há um predomínio da população rural como demonstra o (Gráfico 1).

Gráfico 1-População Residente nos Municípios que compõem o PNLM em 2010.

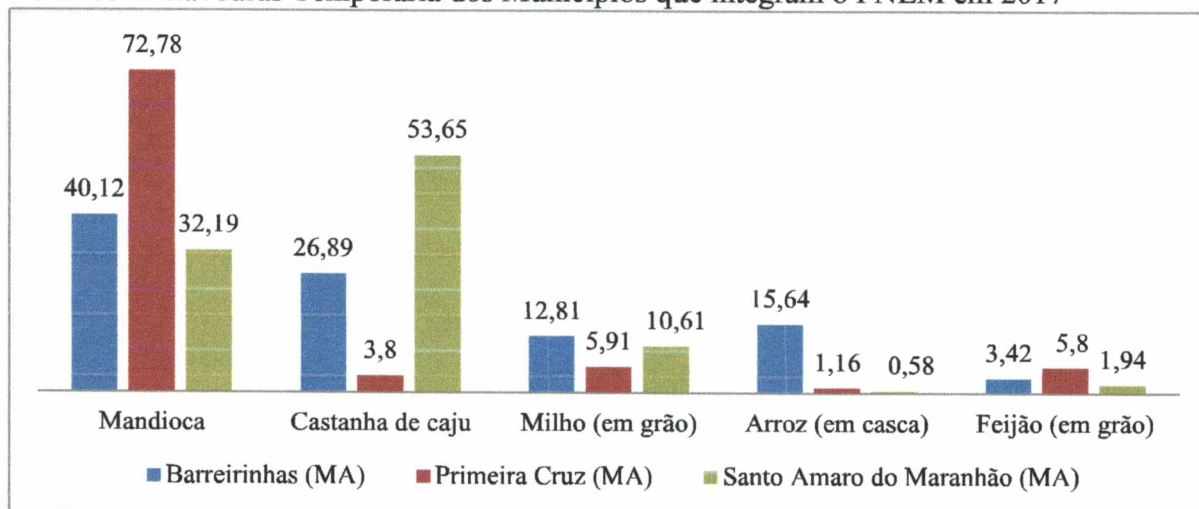


Fonte: IBGE, 2010

Org.: SOUSA, 2018

A economia dos municípios que o parque abrange predomina a agricultura de subsistência, com a conseqüente venda do excedente, cujos principais gêneros agrícolas cultivados são: a mandioca, o milho, o arroz e o feijão (Gráfico 2), atividade que remete à colonização do território realizada pelos primeiros habitantes e que permanece até os dias atuais conferindo a estes municípios características rurais.

Gráfico 2- Lavouras Temporária dos Municípios que integram o PNLM em 2017



Fonte: IBGE, 2017
Org.: SOUSA, 2018

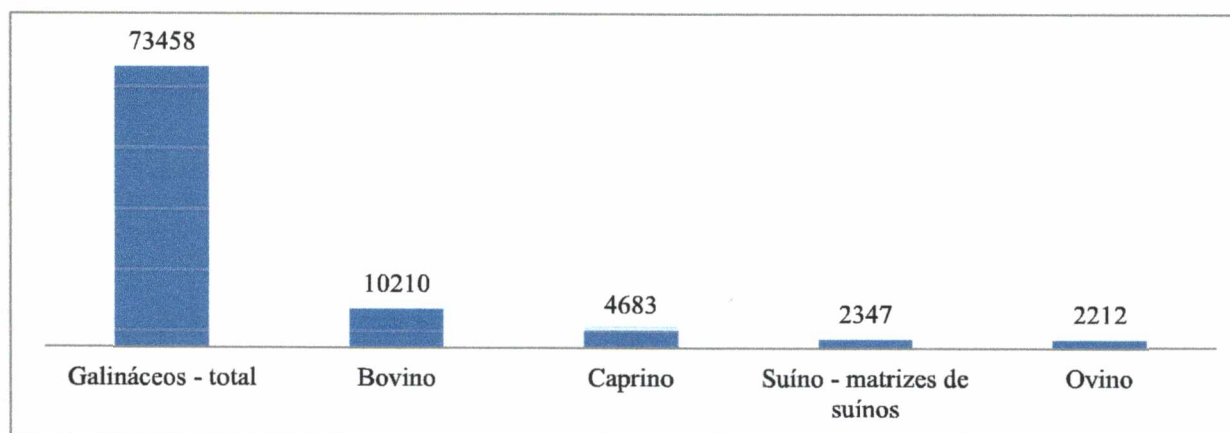
Historicamente a agricultura, a pesca, o extrativismo e a criação de animais foram/são fundamentais para as comunidades, embora perdendo importância para o turismo pelo fato deste estar no setor terciário da economia. Além disso, a rodovia MA - 402 construída em 2002, foi importante para desenvolvimento da região, por ser o principal acesso de São Luís à Barreirinhas, esta constitui-se no portal de entrada para os Lençóis Maranhenses.

Além da agricultura, a criação de animais (ovinos, caprinos, bovinos e galináceos), como demonstra o (Gráfico 3), é ainda, uma atividade muito relevante na economia desses municípios, trata-se de uma atividade ancestral, posto que atravessou gerações.

Todavia, tais atividades são realizadas pelos comunitários que habitam os municípios, são realizadas à revelia da legislação, tendo em vista que o SNUC, Lei que regulamenta as atividades em PARNAS, instituída em 18 de julho de 2.000 pela lei Nº 9.985, e que tem por finalidade organizar as áreas protegidas nos níveis Federal, Estadual e

Municipal a fim de minimizar os impactos a natureza, impõe normas e restrições às atividades realizadas pelos atores sociais que historicamente se estabeleceram na região.

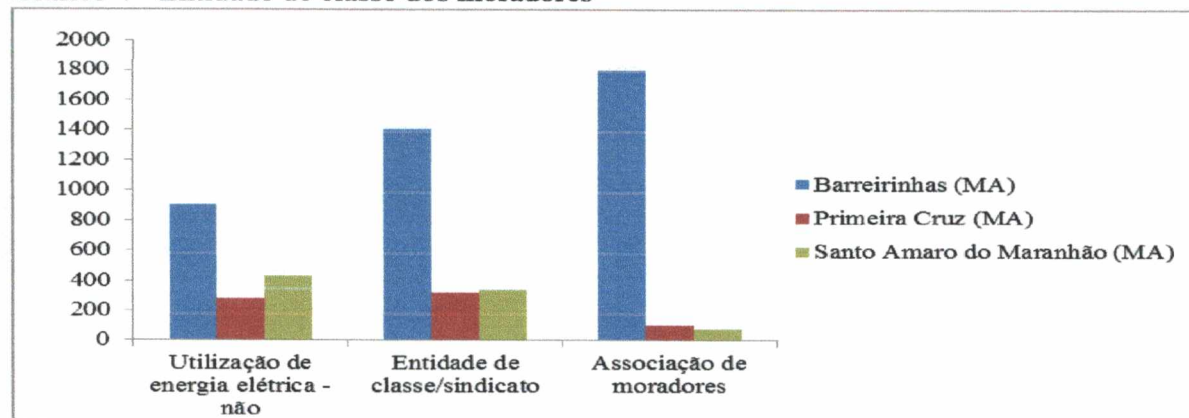
Gráfico 3 - Rebanhos do município de Barreirinhas – MA



Fonte: IBGE, 2017
Org.: SOUSA, 2018

De acordo com (IBGE, 2018) as famílias que estão, sobretudo no perímetro do parque não possuem acesso à energia elétrica e maior número se concentra no município de Barreirinhas, e apresenta um número representativo de entidades de classe (Gráfico 4) o que reflete a mobilização dos camponeses em suas demandas de luta o que elucida o quadro conflituoso da Unidade de Conservação dispoendo de maior número de entidade no município de conter maior população da UC.

Gráfico 4 - Entidade de classe dos moradores

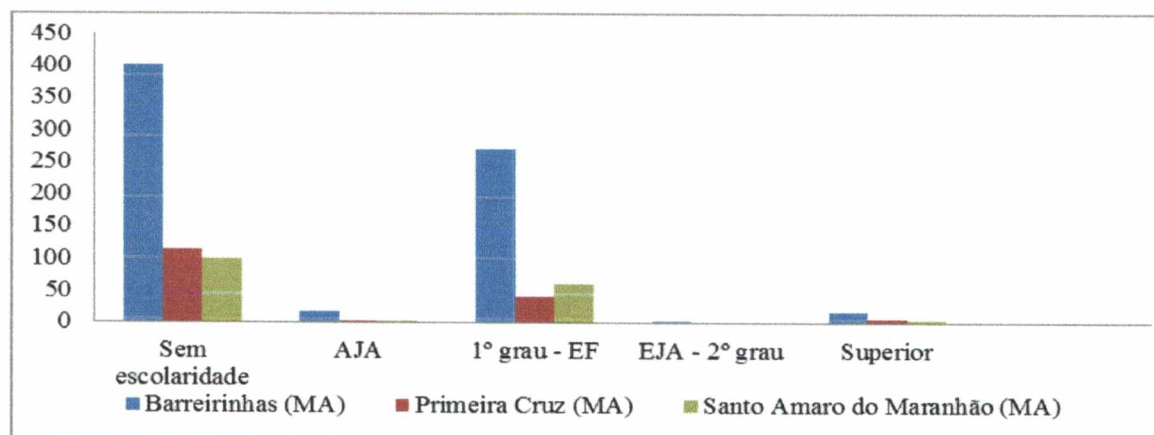


Fonte: IBGE, 2018
Org.: SOUSA, 2018

Outro dado levantado por nós junto ao IBGE refere-se a educação nos municípios, estes refletem a ausência do estado na vida dos habitantes dos municípios de Barreirinhas,

Santo Amaro e Primeira Cruz, o poder municipal não dispõe de infraestrutura nas escolas desses municípios nos pontos mais longínquos de sua sede deixando jovens, crianças e adultos (Gráfico 5) a mercê da própria sorte. Evidenciando a pouca eficácia da Alfabetização de Jovens e Adultos – AJA, da Educação de Jovens e Adultos e supletivo do Ensino Médio - EJA 1ª grau, do Ensino Fundamental e do Ensino Superior retrata a quantidade alarmante do universo sem escolaridade.

Gráfico 5- Escolaridade dos municípios de Barreirinhas, Primeira cruz e Santo Amaro.



Fonte: IBGE, 2019

Org.: SOUSA, 2019

Esse quadro de indicadores sociais se acentua em razão da tensão existente entre moradores e ICMBio e poder público que nega o direito de existir com dignidade, negando direitos fundamentais segurados pela Constituição Federal. A cidade surge a partir da interação institucional e neste caso o poder público não está arcando com suas responsabilidades.

3.1 Política-Econômica: privatização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

De acordo com Santos (1999) a política e a economia estão imbricadas, contudo, há um protagonismo da economia sobre a política. Esse papel coadjuvante ocorre pelo fato da política abrir caminho para os interesses do capital, o que afeta os locais e suas relações horizontais que permeiam a vida cotidiana dos atores sociais.

Segundo Harvey (2005) o Estado (política) cria as condições necessárias para implementações das empresas nos territórios tradicionais expropriando e especulando suas terras comuns, nesse sentido as privatizações configuram-se como “braço armado do sistema neoliberal”, impondo uma lógica aos lugares aos quais tira dos camponeses suas terras:

Como a privatização e a liberalização do mercado formam o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a "expropriação das terras comuns". Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles (HARVEY, 2005, p. 130).

A racionalidade econômica imposta desterritorializa os sujeitos socioespaciais devido a mercantilização dos recursos naturais tais como (água, ar, terras etc...) aumentando significativamente as desigualdades e doenças a nível local, regional e nacional como explicita o autor no caso da África do Sul ao se refere-se a privatização da água:

A privatização e a liberalização dos mercados. Promoveu, por exemplo, quer a privatização da água, quer a aplicação da "total recuperação de custos" a recursos de propriedade das municipalidades. Em vez de receber água de graça, os consumidores pagavam pelo fornecimento. Com maiores receitas, esses recursos, segundo a teoria, gerariam lucros e financiaram sua própria ampliação. Contudo, não podendo pagar as tarifas, muitas pessoas acabaram ficando sem esses serviços e, com receitas menores, as empresas aumentaram as tarifas e tornaram a água ainda menos acessível às populações de baixa renda. Um dos resultados disso, visto que as pessoas tiveram de recorrer a outras fontes de água, foi uma epidemia de cólera que matou grande número de pessoas (HARVEY, 2005, p. 131).

As privatizações para o autor é transferência dos recursos públicos para grandes corporações numa escala sem precedentes (HARVEY, 2005, p. 133) “A privatização, conclui Roy, é essencialmente "a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais”.

Ainda segundo o autor esses ativos (terra, ar, floresta, água etc...) são confiados ao Estado contudo os vendem para iniciativa privada (HARVEY, 2005, p. 133) “[...] esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história”.

O autor afirma que o capital cria condições para superar a sobreacumulação, dificuldade de investimento do “excesso de capital”. Diante disso o capital absorve os ativos do capital afim de torná-los lucrativos por via das privatizações às quais abrem novos mercados escoadores do capital sobreacumulado (HARVEY, 2005, p. 124) “A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacurnulado”.

Como afirma Cataia (2006) existe uma relação de verticalidade e horizontalidade, a verticalidade se expressa na ação hegemônica do capital e chega nas relações horizontais

expressas na comunidade local. Por essa razão o discurso é mercadológico, a natureza transformou-se em mercadoria, um serviço mercantilizado cujo o principal endereçado é o homem da cidade (turista).

Segundo Kahil (2005) o conjunto de transformações que acometem o lugar são ocasionadas por decisões da política-econômica ancorada na racionalidade do capital corporativo que tem como cerne homogenizar os territórios locais conhecidos por sua heterogenidade emanado por suas diferenças.

O enfoque do capital se concentra na acumulação de receita, nesse sentido priorizam o plano de privatização dos parques como nos casos do Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, na lista a renovação dos Parque de Iguaçu, no Paraná, o da Tijuca (RJ), o da Serra dos Órgãos (RJ) e o de Fernando de Noronha (PE) já operam serviços turísticos.

Essa onda de privatizações dos PARNAs está em consonância com o desmonte do Estado, cujo o principal reflexo é o desmonte da educação pública, saúde pública e Meio Ambiente foco específico desta discussão. O ministério do Meio Ambiente efetivamente criou mecanismos Normativos, os quais tiram no atual governo a participação popular e ilimitam a atuação órgãos ambientais o ICMBio e IBAMA.

O atual Ministro do Meio Ambiente do Brasil Ricardo Salles afirmou em entrevista ao jornal Estadão (11 de maio de 2019) “Você pode fazer o discurso mais bonito do mundo sobre o meio ambiente, mas, se não dermos uma mais-valia econômica para unidades de conservação, estaremos sempre a reboque do orçamento federal”.

No que tange a participação popular nos órgãos ambientais as principais medidas que retira a participação das comunidades tradicionais refere-se a extinção da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, tirando desses comunitários recursos os quais os ajudavam na conservação da natureza. A “bolsa verde¹⁰” esta sofrendo forte retração do governo o que impacta diretamente a preservação da natureza.

O discurso antiambientalista do atual governo brasileiro está alinhado aos interesses do capital internacional, por essa razão o afrouxamento da legislação (Quadro 2) em seus muitos aspectos, permitindo desmatamento em escala gigantesca a exemplo da

¹⁰ [...] O Bolsa Verde é um programa que visa ajudar as famílias em situação de extrema pobreza incentivando práticas de proteção a natureza. O valor do benefício concedido às famílias é concede R\$ 300 reais, de três em três meses, para famílias que sejam beneficiárias em áreas de prioridade de conservação ambiental. para participar do programa é preciso fazer o “Cadastro Único para Programas Sociais” (CadÚnico) estar dentro do perfil de renda no valor de R\$ 85 reais mensais por pessoa, estar no Bolsa Família além disso, a área deve esta em conformidade com as leis ambientais e possui instrumento de gestão. (BRASIL, 2019)

floresta amazônica que atingiu índices alarmantes de desmatamento, consequência da política ambiental irresponsável do governo federal.

A despeito de não haver a definição concreta o que afirmou o ministro Salles é que haverá somente a concessão de serviços para as empresas privadas afirma o (O IMPACIAL, 2019):

A visitação costuma envolver serviços como cobrança de ingressos, transporte, comércio (lojas, restaurantes) e atividades recreativas e ligadas ao turismo, entre outros. São acordos em que a administração pública transfere a uma empresa privada a execução de um serviço público, mediante taxa paga pelo usuário, por determinado período — não se trata, por exemplo, da privatização dos parques ou dos serviços, que presume venda definitiva (O IMPACIAL, 2019).

A concessão dos serviços à iniciativa privada acontecerá por via de licitação, previsto na lei n. 8.987, de 1995, além disso ressalta-se que ICMBio tem uma portaria interna no que tange o monitoramento, o planejamento de contratos dentro do órgão, o que inclui comissões voltadas ao temas e processos internos.

A administração do parque ficará sob responsabilidade do ICMBio que gere PNLN atualmente, a este caberá preservar o patrimônio ecológico, e as unidades concedidas além de outros órgãos do poder público.

Segundo ministro do Meio Ambiente o principal retorno da privatização do parque dos Lençóis Maranhenses são os investimentos canalizados para os municípios que compõem o parque e área de amortecimento, além de impactar positivamente a economia do estado no contexto geral.

Em nenhum momento fizeram referências aos habitantes do parque, sobretudo porque se trata de algo muito incipiente. Não se sabe quais iniciativas serão tomadas a respeito dos moradores que residem na UC, mas é previsível afirma que os interesses econômicos vão se sobrepor a tradicionalidade camponesa.

Quadro 2 - Implicações ambientais no governo Bolsonaro

Ação efetivada	Instrumento	Detalhamento da ação	Análise da ação
Esvaziamento do MMA	MP 870/19 (art. 21) Decreto nº 9672/19 Decreto nº 9667/19	Extinção da Secretaria de Mudanças do Clima	Enfraquecimento da liderança histórica do Brasil na pauta de mudanças climáticas, com esvaziamento da agenda no MMA e no Ministério de Relações Exteriores, com discurso próximo ao negacionismo climático e/ou questionando o fator humano nas mudanças climáticas.
		Extinção da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	Risco às ações voltadas a comunidades tradicionais e pequenos agricultores. Programas como o Bolsa Verde, que já vinham perdendo terreno nos últimos anos, podem ficar enfraquecidos.
		Extinção da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental	Prejuízos na articulação com estados e municípios, uma vez que essa secretaria respondia pela coordenação no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).
		Transferência da ANA, Secretaria Nacional de Segurança Hídrica e Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o Ministério de Desenvolvimento Regional	O MMA perde protagonismo ao se afastar da gestão das águas, que é um tema estratégico para o país. Além disso, o olhar sobre a proteção dos recursos hídricos estará prejudicado.
		Transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o MAPA	Afastamento do critério ambiental no controle do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - com implicações potenciais graves nas operações de fiscalização, no controle sobre os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e no controle sobre as concessões florestais gerenciadas pela União.
Imprecisões nas competências para o Licenciamento Ambiental	Instrução Normativa IN 8/2019 do Ibama.	Instrução Normativa (IN) que disciplina a delegação dos processos de licenciamento ambiental a cargo do Ibama	O Ibama sempre delegou alguns empreendimentos simples, de pequeno impacto potencial, e a IN veio para regulamentar essas ações. Mas a IN não trouxe clareza sobre quais tipos de empreendimentos podem ser delegados. Com essa e outras deficiências, as regras da IN poderão respaldar delegações questionáveis, inclusive com base em decisões políticas.
	Decreto nº 9669/19	Criação a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e Desapropriações, na âmbito da Presidência da República, com função de apoiar o Licenciamento Ambiental de obras estratégicas do PPI	O decreto cria interface (mal resolvida) de atuação entre essa secretaria e a diretoria de licenciamento ambiental do Ibama. A redação é pouco clara sobre as tarefas desse órgão. Inclui no art. 20 do referido decreto atribuições como: "manifestar-se sobre o mérito da documentação ambiental dos empreendimentos qualificados no PPI, e instruir o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos qualificados no PPI para aprovação pela autoridade competente". A secretaria não conseguirá fazer isso com a tecnicidade necessária, pois os analistas do Ibama dificilmente assinarão processos instruídos por outro órgão. O próprio presidente do Ibama poderá incorrer em restrições para assinar uma licença gerada por um processo desse tipo. Poderá haver fragilização jurídica em tais processos.
Enfraquecimento e perda de autonomia do Ibama e ICMBio.	Atos Informais e Ofícios Circulares	O MMA proibiu as áreas de comunicação do Ibama e do ICMBio de divulgarem qualquer informação sem antes ouvir o MMA. A comunicação direta com jornalistas está vedada pela chamada "Lei da Mordada". Além disso, o MMA tem interferido nas competências das autarquias	Com o enfraquecimento da comunicação e menor divulgação das operações de fiscalização, estimulam-se as infrações ambientais. Historicamente, a comunicação tem papel relevante no sistema de comando e controle. E o nível de interferência do MMA nas atividades das autarquias tem causado dificuldade na realização das tarefas e no andamento dos processos em curso. O MMA tem realizado indicações nas superintendências estaduais e, até mesmo, exonerações de pessoas mantidas pelos titulares das duas autarquias alegando vínculo delas com governos anteriores, mesmo sem nenhuma comprovação. Recentemente, o fiscal do Ibama que multou o Presidente da República, em 2012, perdeu o cargo que ocupava. O MMA tem, ainda, pedido a paralisação de licitações em curso nas duas autarquias.
	Ofício da Presidência do Ibama ao MMA (em resposta a demanda expressa em ofício do MMA à Presidência do Ibama)	Presidente do Ibama ignora análise técnica realizada pela própria equipe do órgão e autoriza leilão de petróleo próximo a Abrolhos, região de alta sensibilidade ambiental.	Enfraquecimento dos elementos técnicos que marcam as decisões do Ibama. Tendência a processos de licenciamento mais conflituosos e judicializados. Menor atenção para o impacto e o risco ambiental no licenciamento ambiental. Aumento da pressão política para a liberação de licenças, com interferência do MMA nas decisões da autarquia nesse campo.
Enfraquecimento das políticas e estruturas indigenistas	MP870/19 (art.21) Decreto nº 9967/19 Decreto nº 9673/19	Transferência da FUNAI do MJ para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	Desconstrução da maior parte das políticas públicas voltadas à proteção das populações indígenas.
		Transferência da Identificação, Delimitação, Demarcação de terras indígenas da FUNAI para a SEAF/MAPA.	Cenário provável de paralisação das demarcações de terras indígenas.
		Transferência do Licenciamento Ambiental de TIs da FUNAI para a SEAF/MAPA.	Tendência de liberação mais fácil de empreendimentos de infraestrutura em terras indígenas. Pressão para liberação de agricultura mecanizada em terras indígenas, aos moldes do que ocorre (sem base legal) na terra dos Parecis no MT. Aceleração do desflorestamento das terras indígenas como efeito decorrente.
Enfraquecimento das políticas e estruturas indigenistas	Atos da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins/MAPA: Ato nº 1, de 9 de janeiro de 2019 Ato nº 7, de 4 de fevereiro de 2019 Ato nº 10, de 18 de fevereiro de 2019 Ato nº 17, de 19 de março de 2019	Liberação pelo MAPA, até o momento, de 121 novos agrotóxicos, inclusive parte deles classificados como produtos extremamente/altamente tóxicos (50 ao total - 41% dos produtos liberados)	Contaminação dos solos e da água, aumento dos problemas de saúde humana associados ao uso indiscriminado de agrotóxicos, além do impacto negativo na fauna e flora.
		Extinção do CONSEA, que deixou de ser previsto como órgão de assessoramento à Presidência da República	Prejuízos na elaboração de políticas relacionadas à saúde, alimentação e nutrição, bem como no papel da sociedade civil na construção e controle social de propostas voltadas à democratização e segurança alimentar.

Fonte: GREENPEACE, 2019

Org.: SOUSA, 2019

Quando questionados sobre a privatização do PNLM os comunitários se mostram confusos sobre seus futuros, como nos relatou a Sra. Maria:

Nós não sabemos o que vai ser da nossa vida daqui pra frente, o presidente é doido! nós não sabemos se ele vai nos tirar daqui ou se vai nos deixar por aqui, a luta é grande! é preciso lutar pra fica no nosso pedaço de chão de onde nós tiramos o nosso pão de cada dia. Isso consome a gente, a incerteza se nós ficaremos ou se nós sairemos de vez da nossa terra, tão amada por nós! (MARIA, 2019).

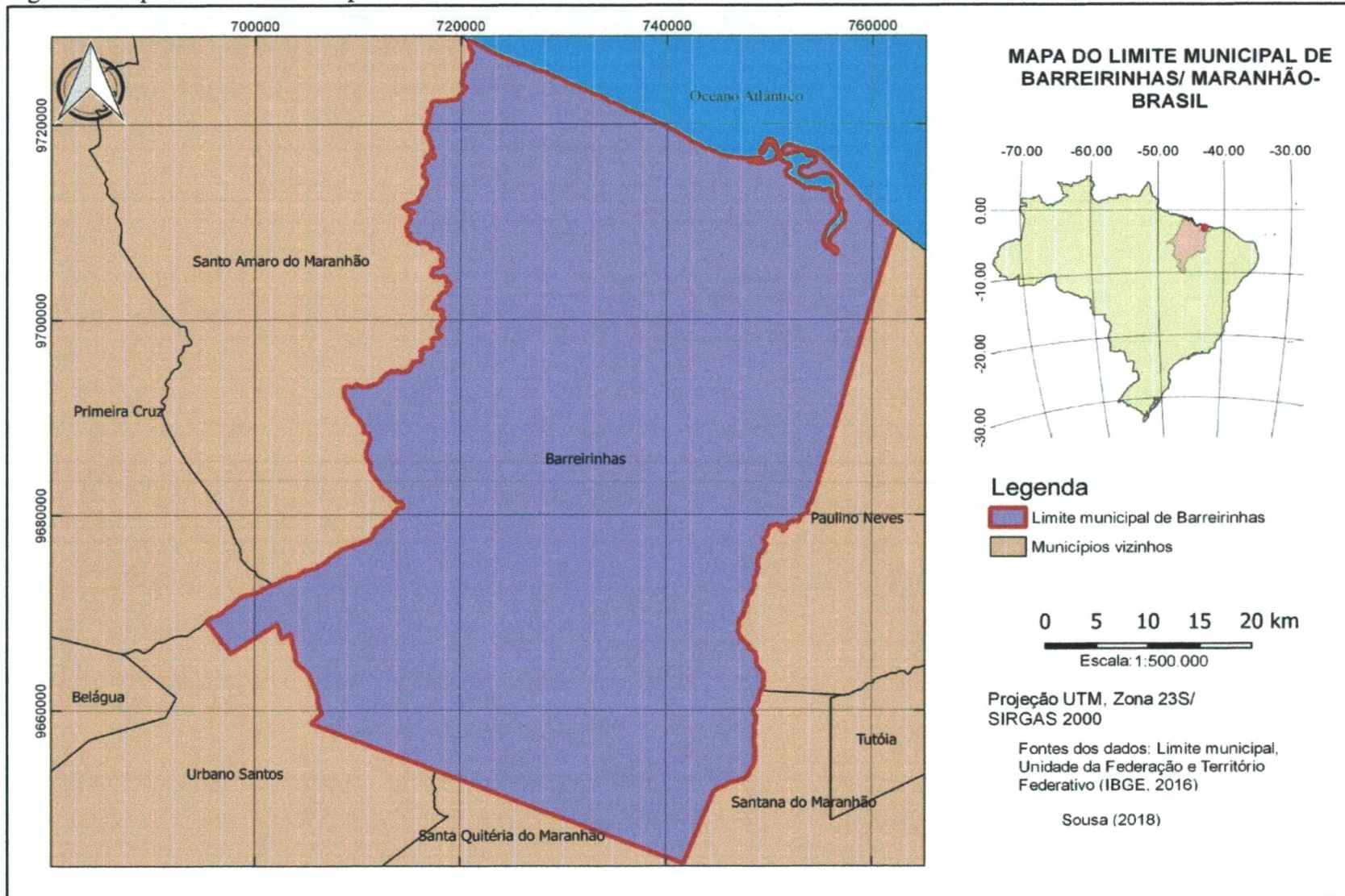
De praxe os moradores estão fora de qualquer discussão a respeito da privatização do PNLM, algo recorrente na política institucional brasileira, quem está na ponta não é convidado para discutir decisões que lhes afetarão diretamente, algo que aconteceu com a implantação do parque que volta acontecer.

4. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE BARREIRINHAS NO MARANHÃO

Barreirinha está localizada na Mesorregião do Norte Maranhense (Figura 4), situada às margens do rio Preguiças, a 268 km de capital São Luís, o acesso a capital se dá pelas rodovias BR-135, MA-402 e MA 225, a população urbana do município é de 12.418 habitantes e a rural é de 14.937 habitantes. De acordo com IBGE (2010), o distrito foi criado com a denominação de Barreirinhas pela lei Provincial Nº 481 de 18 de junho de 1858, o distrito foi elevado à categoria de vila com a denominação de Barreirinhas pela lei Provincial nº 951, de 14 de junho 1871, tendo sido desmembrada do município de Tutóia, (IBGE, 2019).

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 a vila constituiu-se distrito sede, assim permanecendo até 31 de dezembro de 1937, pois em 19 de março de 1938, através da Lei nº 45 foi elevada à condição de cidade com a denominação de Barreirinhas. Em divisão territorial de 1 de julho de 1960, o município constituiu-se em distrito sede, assim permanecendo até os dias atuais (IBGE, 2017).

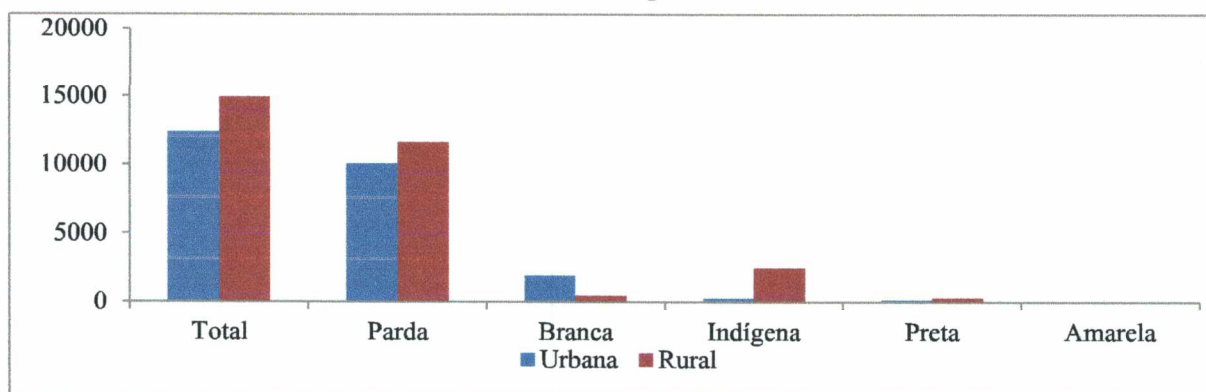
Figura 4- Mapa do Limite Municipal de Barreirinhas/ Maranhão - Brasil



Fonte: IBGE, 2016
Org.: SOUSA, 2019

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Médio – IDHM, Barreirinhas ocupa a posição 4.841º entre todos os municípios brasileiros, com um índice de 0,570 (IBGE, 2017). Quanto às características *ethno* raciais do município há uma preponderância dos cidadãos de cor parda sobre as demais, tanto na zona rural quanto no urbano (Gráfico 6).

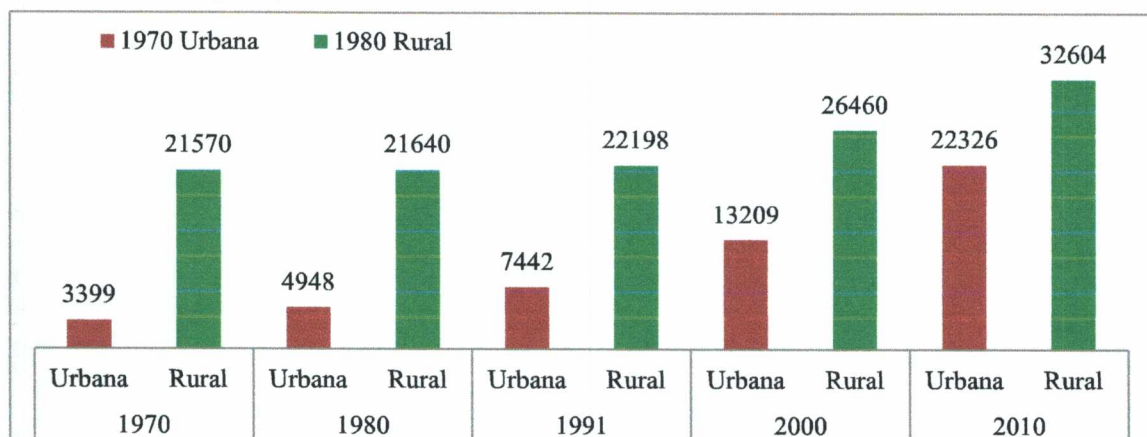
Gráfico 6 - Características étnica do município de Barreirinhas no Maranhão em 2010



Fonte: IBGE, 2010
Org.: SOUSA, 2019

Há a predominância da população rural sobre a urbana, como demonstram os censos realizados nos anos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (Gráfico 7), evidencia-se, portanto, um município agrário com vocação agrícola.

Gráfico 7 - População Urbana/rural de Barreirinhas de 1970 a 2010



Fonte: IBGE, 2017
Org.: SOUSA, 2018

Em virtude dos indícios arqueológicos encontrados, acredita-se que os primeiros indígenas a se fixar na região, foram os Caetés no século XVIII, às margens do rio Preguiça na localidade hoje denominada de Caetés. Porém, não se sabe com concretude quem foram os

pioneiros e qual a data exata da ocupação do atual território de Barreirinhas (BELEZA; PEREIRA, 2016).

Sabe-se que um elemento fundamental para ocupação humana regional foi a construção de uma rodovia em 1835, que ligava São Bernardo do Parnaíba, onde atualmente é o município de São Bernardo à Freguesia de São José do Peria (Miritiua), atual cidade de Humberto de Campos, cujas condições edafoclimáticas das margens dos rios, Preguiças, Negro, Alegre, Peria e seus afluentes, eram adequadas à prática da agricultura, proporcionando assim o desenvolvimento dessa atividade econômica. As chapadas próximas ao município de São Bernardo foram destinadas à pecuária. (BELEZA; PEREIRA, 2016).

A construção da ponte do mocambo em 1949 foi outra obra que viabilizou o povoamento e a formação de pequenos povoados na região, pois facilitava o intercâmbio comercial entre Campo Maior no Piauí, Brejo e Icatu no Maranhão, facilitando o acesso ao rio Preguiça e seus afluentes, por conseguinte o povoamento de suas margens, originando dessa forma a localidade denominada de Senhora da Conceição das Barreirinhas, atual cidade de Barreirinhas, além disso, propiciou criação de vários povoados ribeirinhos como: Santa Rosa, Barreira Velha (antiga Fazenda Santa Cruz), São Domingos, Alto Bonito e Santo Antônio (BELEZA, 2015).

Seguindo as margens dessa estrada, surgiram os povoados rurais de Vertente, Buriti Amarelo e Santo Amaro, sendo este o mais importante, graças à criação de gado, equinos e caprinos, enquanto que os demais lugarejos se dedicaram à produção agrícola (BELEZA, 2015).

Segundo o IBGE (2017) 2.352 famílias não recebem assistência técnica sendo assistidos pelo governo apenas 61, outro problema apontado pelo (IBGE, 2017) refere-se a falta de energia elétrica nos povoados do município atingindo 903 pessoas sem acesso, deixando claro ausência de políticas para esses moradores que estão na área de abrangência do PNLN.

Ainda Segundo o IBGE (2017) os índices de educação o município apresenta um contingente de 659 de alunos sem escolaridade, dos quais, 6 fazem parte do EJA - e Supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º grau e 3 que participam do EJA e Supletivo do Ensino Médio ou do 2º grau demonstrando que o quadro educacional é caótico.

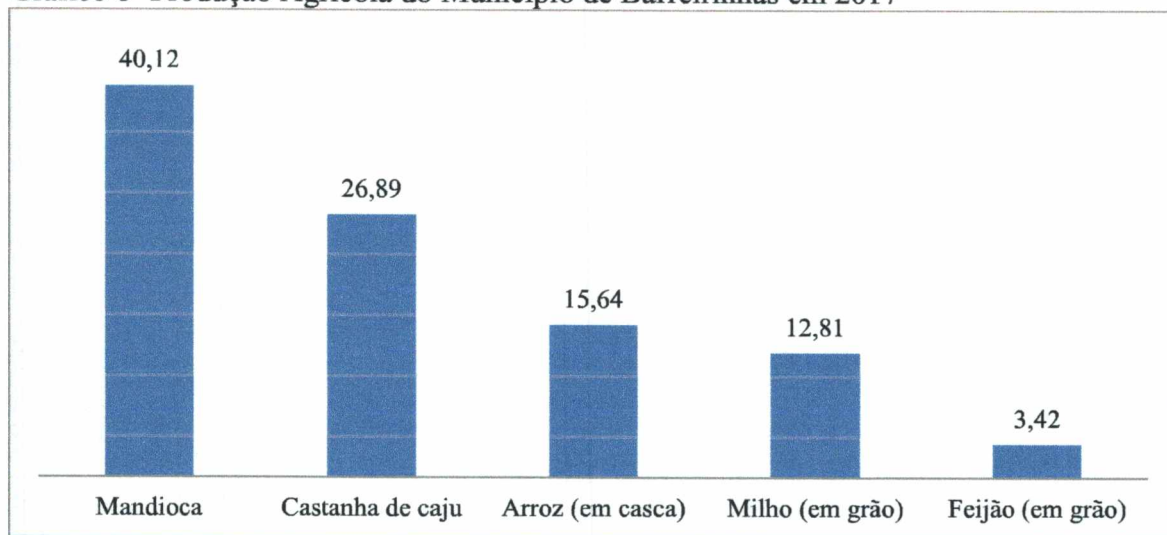
De acordo com Beleza e Pereira (2016), a economia do município de Barreirinhas apresentou um relevante crescimento do setor terciário a partir da década de 1990, conduzido pelo turismo, essa expansão do comércio se deu, sobretudo, por constituir-se como “portal de entrada” para os Lençóis Maranhenses.

A economia de Barreirinhas está atrelada ao setor primário, ou seja, ao cultivo de produtos temporários, a pesca artesanal e o extrativismo. Os produtos cultivados, extraídos e comercializados pelos camponeses, foram e são substanciais para sobrevivência local.

A economia dos camponeses está vinculada ao tripé: o pescado que com sua venda gera o dinheiro e complementa a subsistência; a agricultura e o extrativismo geram recursos monetários financeiros. Esse modo de produção existe e resiste às exigências impostas pelo turismo.

Por se tratar de um município essencialmente rural há dependência desses sujeitos dos recursos da natureza, principalmente a pesca e cultivo da “roça itinerante¹¹”, da qual os camponeses retiram dela os gêneros essenciais para sua subsistência, o arroz, feijão, mandioca e milho, (Gráfico 8) atravessando gerações.

Gráfico 8- Produção Agrícola do Município de Barreirinhas em 2017



Fonte: IBGE, 2017

Org.: SOUSA, 2018

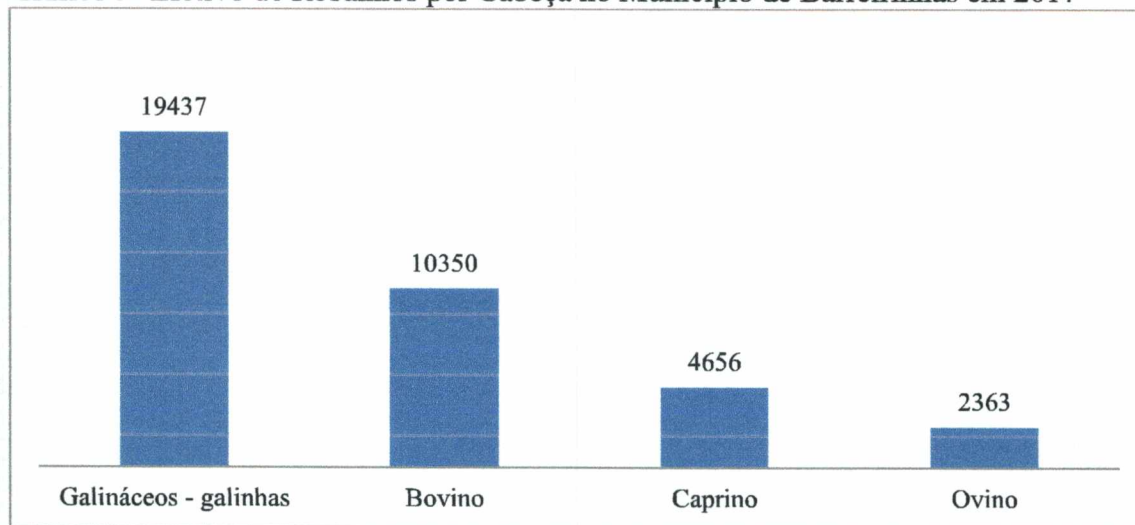
Além disso, a criação de animais é uma importante atividade desenvolvida pelos pequenos produtores, o efetivo dos rebanhos produzidos é bovino, caprino, galinha e suíno pode ser visualizado no (Gráfico 9).

As condições edafoclimáticas são primordiais para economia de Barreirinhas, tendo em vista que há uma forte interligação entre as atividades econômicas desenvolvidas,

¹¹ Um autor dizia, em 1836, dos lavradores da província de São Paulo (que entao incluía a do Parana), “que muitos dos cultivadores, nao satisfeitos com seus terrenos, vão apos de outros que tenham matas, às quais destroem para as queimarem, e plantarem, e as abandonam quando ficam em arbustos pouco frondosos, ou em campos...” (MARTINS, 1981, p. 40)

ou seja, da agricultura com o extrativismo e destes, com a pesca, apresentando ainda, em um segundo nível de importância, a olaria e a pecuária.

Gráfico 9- Efetivo de Rebanhos por Cabeça no Município de Barreirinhas em 2017



Fonte: IBGE, 2017
Org.: SOUSA, 2018

5. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

O conceito de território advém das ciências biológicas e zoologia¹² incorporado pela Geografia por Ratzel (1897), influenciado pelo pensamento de Charles Darwin, ele aponta um território naturalista, para o autor as condições do meio determinam a sobrevivência do homem (determinismo). De acordo Ratzel (1923) o solo é condição fundamental para o desenvolvimento da sociedade ajustado a habitação e alimentação.

Para Ferreira (2014) o território surgiu na Geografia Política no século XIX com Ratzel tendo como cerne o Estado-Nação (Fronteira política-Administrativa e fronteiras-físicas) na visão clássica o Estado era o único a deter o poder.

Para o autor o território tem dois aspectos o físico – natural e político figurado no estado e essas características se constituem condição *sine qua non* para o desenvolvimento do Estado Nacional. Ainda segundo o autor o expansionismo imperialista e manutenção do poder ocorre pela apropriação de novos territórios “espaços vitais”:

Na Geografia Friedrich Ratzel foi um dos precursores da abordagem do território associando-o à ideia de “espaço vital”, enquanto elemento fundamental no processo

¹² A origem do termo território e o seu emprego nas Ciências não advém dos estudos geográficos, tampouco das Ciências Humanas, mas sim das Ciências da Natureza, em especial da Biologia e da Zoologia, a partir dos estudos ligados à Etologia onde o conceito será cunhado. (TERRA, 2009, p. 32)

de “desenvolvimento” das Nações no contexto do expansionismo imperialista europeu do final do século XIX (FERREIRA, 2014, p. 112).

Raffestin (1993) apresentar uma crítica ao que ele denomina de Geografia do Estado como único lócus de poder, ele afirma que o termo geografia política explicita o poder para além dimensão do estado, esta em todas as organizações sociais, por que o poder esta para além do Estado-Nação:

Uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes. Para nós, a expressão geografia do poder é bem mais adequada e nós a utilizaremos daqui para frente. Se dissermos seguindo Lefebvre, que só existe o poder político, isto significa, levando-se em consideração o precedeu, que o fato político não está inteiramente refugiado no Estado (RAFFESTIN, 1993, p.17).

Para Souza (2009) o território é poder tendo seu perfil em primeira ordem ligado ao político, contudo o autor aponta duas dimensões intrínsecas ao território o simbolismo (indenidade, cultura e significados) e política ligado à produção de bens materiais fora do contexto político:

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território (SOUZA, 2009, p. 59).

De acordo com Haesbaert (2004) território e territorialidade são duas dimensões distintas a primeira refere-se ao normativo ao jurídico-político e território simbólico ou cultural que ocorre a partir da apropriação, ou seja, é um processo de valor de uso:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2004 p. 2).

A territorialidade trata da particularidade dos atores sociais e sua “multidimensionalidade” às quais são singulares tendo como substrato as relações “existenciais e ou/produtivista”:

De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem” mesmo tempo, processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivista (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

De acordo Sack (1986) a territorialidade tem forte vínculo com o lugar isso porque a centralidade dela é o ser humano por dá-la sentido “A Territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar” (SACK, 1986, p.3). O autor refere aos índios americanos Chippewa como uma organização social, que privilegiava a propriedade comunal e trabalho coletivo cuja égide era reciprocidade.

Ainda segundo Sack (1986) a territorialidade se estrutura em três aspectos a “classificação por área, a comunicação dos limites e a tentativa de controlar o acesso a coisas ou pessoas” (SACK, 1986, p. 3). A territorialidade ganha contornos e sentidos distintos conforme seu contexto, nas comunidades tradicionais, por exemplo, os limites territoriais existem, contudo, apresentam uma lógica de apropriação, controle e comunicação dos limites diferenciado alicerçada em seus valores e não em limites jurídicos – políticos fugindo do território da norma.

Para Arruzzo, (2013) a entrada de sujeitos externos a realidade local tem forte impacto a territorialidade dos atores sociais, no caso do Mato Grosso do Sul retrata o abalo ocasionado pelo agronegócio no território indígena Kaiowá, grupo étnico que viviam/vivem no território antes da territorialização da monocultura mecanizado à qual desterritorializou os índios de seus territórios originários expropriando – os de seu Tekoha que significa (Arruzzo, 2013, p.7) “modo de vida e lugar, podendo ser entendido como o lugar onde se pode viver do seu modo”.

No estado do maranhão os indígenas da tribo Guajajara sofrem constantes reprimendas de madeireiros os quais estão retirando o bem mais precioso, a floresta, que se configura parte integrante da territorialidade desse grupo etnicico. Além disso, salienta-se que lideranças indígenas denominadas de guadiões da floresta são alvos frequentes de madeireiros. Tais ações efetuadas por tal grupo limita o “bem viver” desses atores socioespaciais em seu território inviabilizando sua territorialidade.

Ainda no tocante a territorialidade de povos tradicionais destaca Sack (1986) que a influência dos europeus sobre a cultura dos Chippewa desestruturou a organização social e seu modo de vida. Nos casos brasileiros cria novos significados a sua territorialidade ressignificando suas práticas culturais como forma de resistência frente aos agentes econômicos do grande capital.

Os comunitários cuja lógica tem como esteio apropriação do território fincados na lógica de proximidade estreitada pelos laços famílias Wanderley (2009) encontra-se

ameaçada pela hegemonia do capital o qual se firma nas relações de troca amparado no aparato Estatal-Empresarial que asfixia a forma simbólica da territorialidade camponesa:

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95). Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria (HAESBAERT, 2004, p. 2).

Ainda segundo o autor, o território manifesta-se enquanto abrigo e recurso, isso porque o “homem” precisa dos recursos naturais e necessita também produzir significados não se restringindo apenas ao “ter, mas ao ser”, nesse aspecto o território dos hegemônizados emerge como sustentáculo para sua sobrevivência da “matéria do esperito” diferente do território dos hegemônicos o qual privilegia o caráter funcional e mercantil.

Para Saquet (2007) a sociedade não esta desconectada da natureza essa relação de materialidade, imaterialidade, verticalidade e horizontalidade articulam e desarticula os territórios (SAQUET, 2007 p.17) “A *matéria* e a *ideia*, conjugadas, estão em movimento constante, em que, há superações, articulações territoriais, internas e externas a cada território”.

No que tange as comunidades há uma forte autonomia no que diz respeito à regência de suas vidas constituindo, uma heteronomia (norma, lei e costume que é imposto de cima para baixo e/ou de fora para dentro). Contudo, a autonomia anda na contramão por se tratar de um território que foge da norma por ter autogoverno e uma autogestão que dá a “si própria à lei”, observado na realidade dos camponeses de Buriti Amarelo e Ponta do Mangue como descreve Souza (2009).

A *autonomia*, isto é, a capacidade de um grupo de “dar a si próprio a lei” (em outras palavras, de *autogerir-se* e *autogovernar-se*, livre de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais de poder e a atribuição da legitimidade do poder a alguma fonte transcendental e externa ao grupo). (SOUZA 2009, p.68)

As comunidades pesquisadas têm como marcas fundantes a autonomia e relação simbólica com os elementos naturais tais como os rios, os buritizais, as lagoas e os objetos não naturais o cemitérios, a igrejas e os barracões comunitários dos festejos, todo o arranjo espacial que forma o território tem uma representação indenitária com os marcadores locais.

6. COMUNIDADES CAMPONESAS ESTUDADAS

6.1. Comunidade Camponesa de Ponta de Mangue

A Comunidade Ponta do Mangue localiza-se no Município de Barreirinhas (Figura 6) há duas horas e meia de quadriciclo¹³ da sede municipal. A comunidade é composta por 34 famílias, totalizando 146 habitantes, às quais fazem parte das mais diversas organizações de luta e reivindicação de interesse de classe e programas sociais (Gráfico 10) do governo federal que complementam a renda dos moradores locais.

Segundo Sr. Celso a comunidade de Ponta do Mangue possuía duas famílias que ocupavam o território Rosa Pinto, os quais também ocupavam outros territórios em outros povoados tais como: Atins, Mata Fome, Sucurujo e Zé Irineu cujas áreas faziam limites com Rosa Pinto, ela relata que a família Rosa possui membros que residem na comunidade.

Ainda segundo Sr. Celso a comunidade foi transformada radicalmente em sua configuração, [...] “Antes aqui havia grandes pastagens, havia muito gado, agora as dunas a aterrou tudo, impedindo a plantação da lavoura e a criação de gado”[...]. O Sr. José Enfatiza dizendo que “Há 60 anos atrás aqui tinha muito gado, muita mandioca e não existia dunas, de Ponta do Mangue até Canto do Atins¹⁴, tudo era mato que foi soterrado”.

A criação de animais na comunidade constituía segundo Sr. Celso, a principal atividade realizada pelos seus ancestrais, devido às condições geográficas desse período, o que se modificou radicalmente a paisagem com o avanço dos sedimentos conduzidos pelos ventos sobre as áreas supracitadas.

¹³ O acesso ocorre via quadriciclo, caminhonete e outros veículos com tração nas quatro rodas, pois estes são aqueles que possuem capacidade para vencer as dificuldades impostas pelo terreno arenoso da região.

¹⁴ Canto do Atins é uma comunidade formada majoritariamente por pescadores devido sua localização geográfica, ela situa-se no litoral ocidental, se originou da migração de hitantes de Ponta do Mangue em detrimento do crescimento da atividade turística na localidade, sobretudo do turismo gastronômico cuja principal representante é Sr^a. Luzia conhecida pela (camaroad), o camarão é pescado pelos pescadores da comunidade.

Figura 5- Localização Geográfica da Comunidade Ponta do Manguê no PNLM



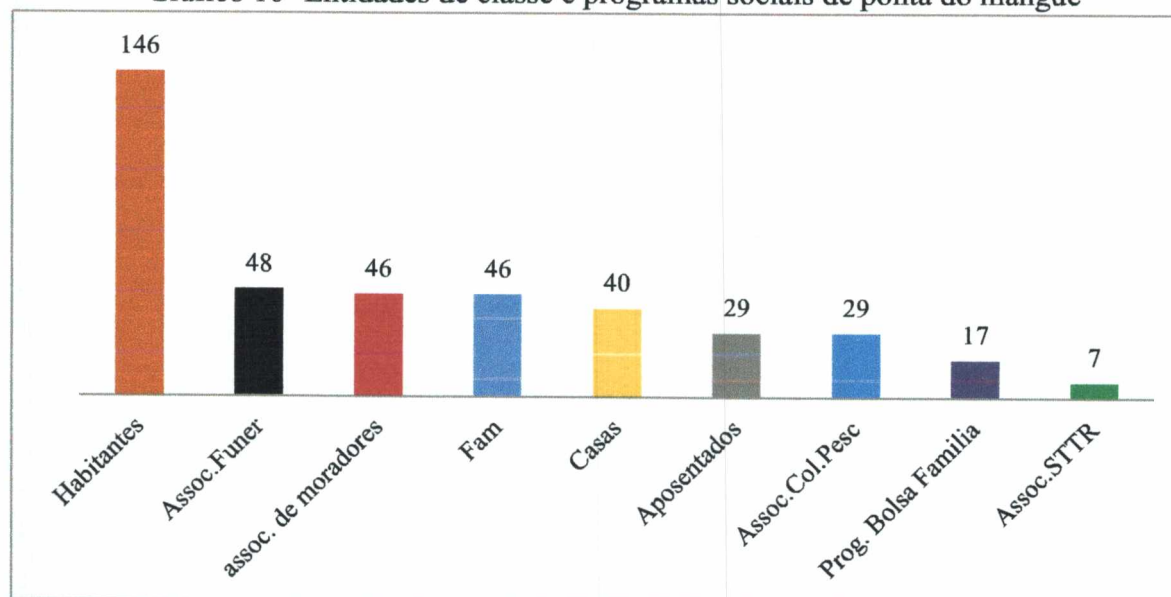
Fonte: IBGE, 2017

Org.: Terra, 2018

Segundo Sr. Lisboa, Ponta do Manguê no passado se constituía num importante reduto da criação de animais em função das condições ambientais, ele aponta que o Sr. Celso era o vaqueiro mais prestigiado da localidade, ele cuidava de rebanhos vindos de inúmeras áreas vizinhas.

A natureza foi impetuosa na modelação da paisagem, alterando-a drasticamente ao longo do tempo, criando outras dinâmicas na vida dos comunitários, a exemplo da migração para pesca em Atins. Além da mudança de seus rebanhos bovinos para Buriti Amarelo cujas pastagens são propícias para alimentação seu rebanho, ao contrário de outrora.

Gráfico 10- Entidades de classe e programas sociais de ponta do mangue



Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: Sousa, 2018

Na comunidade estão espacializadas lagoas, rios, dunas, áreas de solo expostos e trilhas (Figura 7), cada elemento distribuído tem um significado simbólico e simbiótico com os moradores, não se constituem apenas como bens materiais de reprodução material da vida, há também uma relação cultural com o arranjo espacial Moreira (2009).

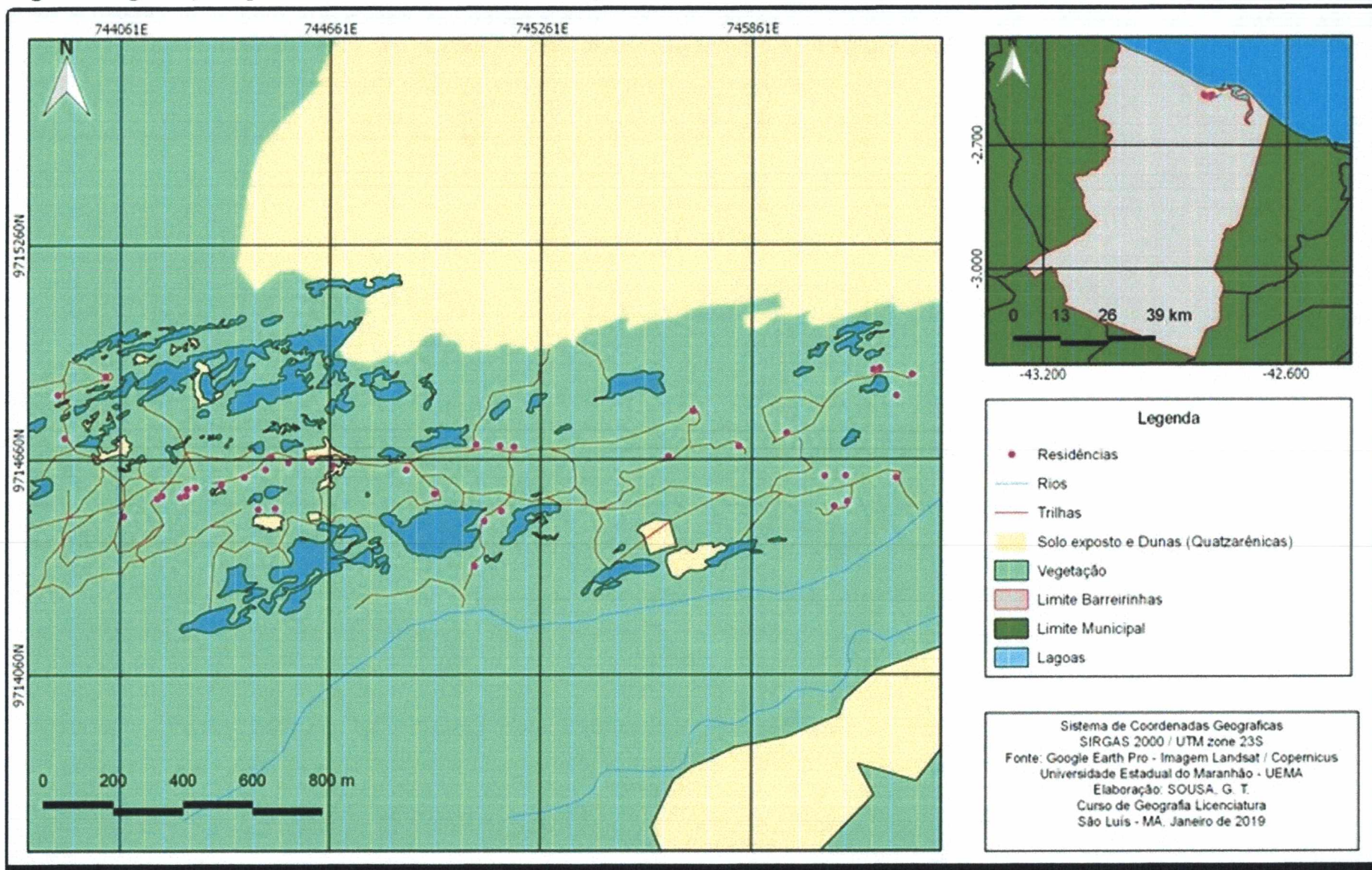
As trilhas são as vias de deslocamento dos camponeses no interior da comunidade e adjacências, pois como afirma a Sra. Paulina de 54 anos, nascida e criada no povoado, “as andanças ocorrem a pé ou a cavalo”.

O mapa não apresenta limites territoriais normativos, isso ocorre porque os comunitários tem uma organização socioterritorial alicerçados na lógica do bem comum isso é algo patrimonial da cultura indígena a “cultura rústica” incorporada pelos camponeses, marcadamente notada nos aspectos socioculturais.

Nessas territorialidades “tradicionais” não existe a propriedade privada da terra, mas área de uso onde os trabalhadores realizam suas atividades cotidianas de sobrevivência (ARRUDA, 1999).

A localidade dispõe de duas Igrejas, sendo uma Adventista do Sétimo Dia e a outra Católica; uma escola do Ensino Fundamental, que atende do primeiro ao quinto ano e; três barracões comunitários, utilizados para as demandas locais e festejos tradicionais como: a festa do Mirim realizada em setembro.

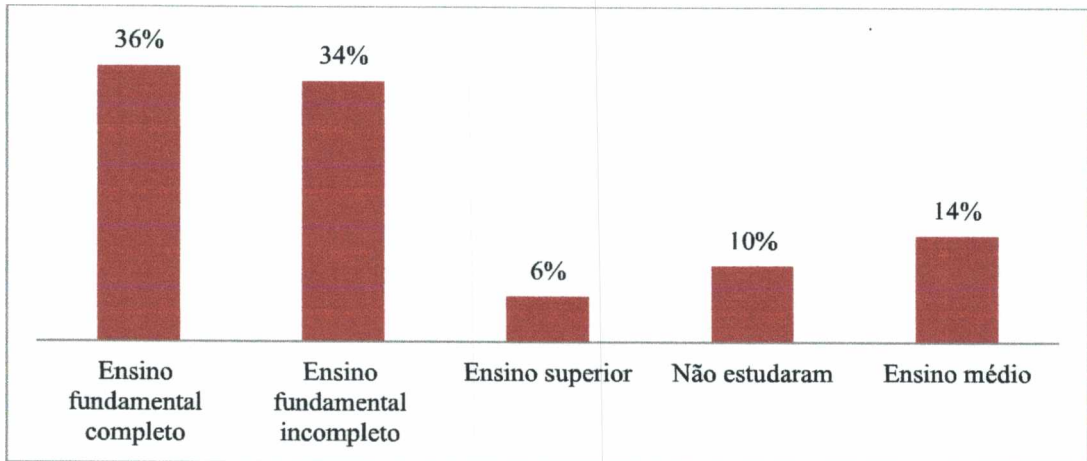
Figura 6: Organização espacial da comunidade Ponta do Mangue



Fonte: IBGE, 2019
Org.: SOUSA, 2018

No que refere-se a escolaridade a comunidade apresenta índices preocupantes, na educação básica à qual se estende do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Além disso constatou-se que o Ensino Superior constitui uma parte ínfima do contingente populacional dos produtores rurais (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Escolaridade na comunidade Ponta do Manguê do PNLN



Fonte: própria pesquisa

Org.: SOUSA, 2019

O quadro de baixa escolaridade na comunidade em particular e no parque em geral, é acentuada pela falta de políticas públicas educacionais. A comunidade possui apenas uma escola de nível básico de 4º ao 9º ano. O Ensino Médio e Superior são direitos utópicos na realidade camponesa local, em razão da perversa lógica empreendida pelo capital no território o qual exclui os atores de seus direitos fundamentais.

Outro aspecto pertinente na análise da comunidade tradicional diz respeito ao alto índice de analfabetismo que atinge pessoas da faixa etária em sua maioria entre 50-70 anos, os mesmos alegam que tal situação constituiu-se em função da exígua oportunidade de estudos que na tiveram durante suas juventudes. Não existiam professores, escolas e seus pais em razão da dura realidade eram limitados no repertório educativo.

A principal atividade produtiva dos comunitários é a pesca artesanal, efetuada no período chuvoso. Considerando que os rios e lagoas, que estão distribuídas no povoado são intermitentes, e os instrumentos utilizados são confeccionados pelos próprios moradores como: a rede, o puçá e o socó.

Segundo o Sr. José morador de 53 anos, os camponeses locais têm enfrentado forte adversidade no que se refere à atividade pesqueira, a principal razão para isto, se deve à

ação de pescadores forasteiros, os quais praticam uma modalidade de pesca considerada predatória.

Ressaltando que esta prática não ocorre somente nesta comunidade, mas em todo o litoral brasileiro, trata-se do arrastão. Ainda segundo Sr. José, os barcos pesqueiros dos forasteiros descartam no litoral peixes pequenos, sobretudo no período de desova.

Outras atividades praticadas são: o extrativismo da castanha do pseudofruto do caju que é comercializada a R\$ 2,50 o Kg; a criação de animais de forma intensiva confinados em cercados por determinação do ICMBio, eles criam caprinos, bovinos, galináceos e porcos; a roça itinerante denominada de “roça de toco” que se caracteriza pela queimada que ocorre depois da derrubada da vegetação, geralmente o fazem no mês de janeiro, ocorre de forma pouca intensa obrigando os camponeses a comprar ou trocar farinha com outras comunidades; o artesanato com o emprego da fibra do buriti, confeccionado pelas mulheres, cuja fibra é coletada nas comunidades vizinhas: Tapuio, Cedro, Tuncuns, Aterro, Tratada dos Carlos ressaltando, essa atividade é exímia na comunidade por uma razão muito específica, a comunidade não possui a palmeira do buriti, pois as condições climáticas impossibilita ou dificulta o cultivo desta palmeira, abrindo margem para comercialização e trocas com as comunidades vizinhas.

A produção de doces com frutos nativos da região como o murici e o caju; além de atividades ligadas ao turismo, mas segundo os camponeses, esta última tem um peso muito pequeno na economia da comunidade.

O modo de produção camponês sustenta-se no capital ecológico, tendo em vista que depende de forma exígua do mercado diferenciando-se da agricultura empresarial. Observa-se nessas unidades produtivas o alto poder criativo dos camponeses ao transformar o solo extremamente arenoso e infértil em algo produtivo, tirando todos os recursos do próprio ambiente em que vivem e não recursos mercantilizados:

Nesse sentido, os níveis de campenização tornam-se essenciais para a análise da agricultura. Esses níveis variam no tempo e no espaço. A agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para o acesso a insumos e outros meios de produção. Para ela, esses meios e insumos são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico. Não são adquiridos nos mercados como acontece na agricultura empresarial. Sendo assim, a agricultura camponesa é de fato autossuficiente (ou autoabastecida) (PLOEG, 2009, p. 20).

A integração ao mercado define o grau de campesinidade, quanto mais inserido maior a dependência ao sistema econômico capitalista Marques (2008), divergindo com modo de produção o qual baseia-se na fórmula simples do capital M-D-M, ou seja, o pequeno

excedente comercializado é “capitalizado” e com o dinheiro compram-se mercadorias necessárias a sua sobrevivência (OLIVEIRA, 2007, P. 40).

De acordo com Abramovay (2007) tal protagonismo e autônima cujo cerne é a simbiose homem e natureza é entendida como sinônimo de atraso e penosidade por não haver a adesão desses sujeitos aos mecanismos de mercado, como créditos, insumos e máquinas, ou seja, o pacote dito moderno da cadeia produtiva.

Uma marca bastante peculiar dos campenses que estão no perímetro do PNLM é seu caráter poliprodutivo e sobretrabalho Chayanov (1974), os trabalhadores realizam inúmeras atividades não só na unidade de produção, além das múltiplas atividades desempenhadas em seus territórios, é recorrente muitos deles migrarem temporariamente para outros municípios em busca de emprego.

Na estação seca denominada por eles de verão, que tal fenômeno se expressa, com maior intensidade, período em que as lagoas e riachos secam tornando o lugar “inóspito”, nesse contexto os animais aparecem como salvação, isso porque os animais se constitui como mecanismo de reserva o qual garante a permeância no território (CAMACHO, 2014).

O roçado e criação de animais configuram o “binômio” fundamental para reprodução do campesinato, os quais estão estreitamente conjugado na reprodução matrial dos comunitários “[...] a lavoura formam o binômio *roça-criação*, no qual se caracteriza a *economia familiar camponesa*. Essa relação é tão estreita que não há como separar agricultores e criadores, pois a produção camponesa é a união desse binômio” (CAMACHO, 2014, p. 8).

Além disso o autor destaca que a criação serve como renda (poupança) ou alimentação “[...] poupança a ser usada nos momentos de crise. Tendo dupla função: podendo ser usado como forma de *renda* ou como *alimentação*[..]” (CAMACHO, 2014, p. 8).

Todo trabalho empregado na unidade de produção é familiar e há também a ajuda mútua entre os camponeses, que consiste em mutirão ou troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; a *parceria*, o camponês ao contratar um parceiro, divide com ele prejuízos e lucros (OLIVEIRA, 1986).

A lavoura e a indústria doméstica tem na solidariedade a engrenagem de sua produção eliminado o entrave da escassa mão de obra familiar, nos trabalhos mais “penosos” tais como a derrubada do roçado, derrubada, construção, colheita. Candido (2009), afirma que tal atividade “consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc”.

A motivação da ajuda ao vizinho ocorre de forma espontânea, percebendo a necessidade combinavam entre si, sem aviso prévio, em contra partida o beneficiado entra com a alimentação, na maioria da vezes improvisada como destaca Candido (2009):

Era o caso dos vizinhos que, percebendo que um deles estava apurado de serviço, combinavam entre si ajudá-lo, sem aviso prévio. Às vezes o beneficiado ficava sabendo e preparava comida para recebê-los; outras vezes, era realmente surpreendido e improvisava a refeição (CANDIDO, 2009, p.194).

O elemento que dá “liga” aos moradores refere-se à religião e trabalho que associam-se criando dessa forma fortes laços de sociabilidade, tendo em vista que as residências estão distantes umas das outras como afirma Candido (2009):

Vemos, assim, que o trabalho e a religião se associam para configurar o âmbito e o funcionamento do grupo de vizinhança, cujas moradias, não raro muito afastadas umas das outras, constituem unidade, na medida em que participam no sistema dessas atividades (CANDIDO, 2009, p. 197).

Nesse contexto enfatizamos os festejos religiosos os quais são realizados nos barracões comunitários congregando os comunitários em torno de ideias basilares de amor ao próximo, de compaixão, de paz etc... esse conjunto de dogmas ligados à doutrina Católica configuram o meio rural num local de “paz”. Sr. Celso morador a 65 anos do lugar garante nunca ter visto crimes hediondos.

Embora a solidariedade figure-se um elemento primordial, destacamos que os membros das famílias participam efetivamente da pequena economia de subsistência fundamentada em três pilares: terra, trabalho e família, são elementos os quais não podem ser pensados de forma separada, ou seja, a terra é a condição *sine qua non* enquanto apropriação para o trabalho coordenado pelo patriarca da família, deixando claro que os valores são bem definidos no campesinato:

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia (WOOTMANN, 1990, p. 23).

Contudo, a terra assume outra conotação sobre a égide capitalista na dita sociedade moderna na qual ele tem apenas valor mercadológico e assume a racionalidade indivilista do mercado, em outras palavras a terra é uma mercadoria negociável:

Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. Neste último tipo de sociedade, as três categorias acima referidas existem, naturalmente, mas elas podem ser separadas umas das outras: a terra não é

pensada em função da família e do trabalho, mas em si mesma, como uma *coisa*, ou como uma mercadoria (WOOTMANN, 1990, p. 23).

Tal característica foi evidenciada com clareza em Ponta do Mangue, onde as mulheres são responsáveis por cuidar dos filhos e afazeres domésticos e o homem é o provedor da casa, responsável pela pesca, criação e pela roça. O elemento central da discussão Wootmann é o campesinato enquanto moral fugindo da visão economicista de Chaynov de “economia doméstica”, segundo Wootmann (1990):

Meu objetivo não é tratar o camponês como um “pequeno produtor”, objeto de uma análise objetiva de sua objetividade, mas tentar uma interpretação subjetiva - pois trata-se da minha perspectiva - de sua subjetividade. Neste plano, por exemplo, o conceito de valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor. Passa a significar uma categoria do discurso acadêmico que expressa um valor do discurso camponês; um componente da ética camponesa, uma forma "aristotélica" de representação da atividade econômica. Neste contexto, a economia camponesa é pensada mais como oeconomia do que como economics; mais como oikos (POLANVI, 1971; TAUSSIG, 1983). Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre à qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre à qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOOTMANN, 1990 p.12).

Os camponeses de Ponta do Mangue foram unânimes em afirmar que gostam de morar na comunidade, embora tenham apontado algumas ressalvas referentes à falta de infraestrutura, energia elétrica e conflitos com o ICMBio, o lugar é pleno de sentimentos e amor fruto das experiências vivenciadas pelos atores sociais:

Meu coração estava agora dilacerado pela dor e para todos os lados que eu olhasse só havia a morte, meus lugares familiares tornaram-se cenários de tortura para mim, e meu próprio lar tornou-se um sofrimento. Sem ele, tudo que fizemos juntos tornou-se uma experiência insuportavelmente dolorosa, meus olhos costumavam procurando-o sem achá-lo. Odeio todos os lugares onde costumávamos nos encontrar, porque eles não podem me dizer: ‘Olhe, aí vem vindo ele’, como faziam antes (TUAN, 2013, p. 171).

No tocante à infraestrutura, os campônios não dispõem de posto de saúde, tendo atendimento na comunidade uma vez por mês, o qual era efetuado por um médico cubano, e atualmente transferido para um médico do município devido ao encerramento programa do governo federal, o Programa Mais Médicos foi encerrado, dadas as condições atual, o presidente da associação, afirmou não saber se um novo médico irá assumir o posto, tendo em vista as dificuldades logísticas para acessar a comunidade.

6.2. Comunidade de Buriti Amarelo

A comunidade Buriti Amarelo localiza-se no interior do PNLN no município de Barreirinha (Figura 8) distante uma hora da sede municipal, via quadriciclo, possui 05 famílias que fazem parte de organizações de classes e programas sociais, espacializadas próximas umas das outras no entorno de lagos e áreas inundadas (Figura 9), totalizando 13 habitantes residentes na comunidade.

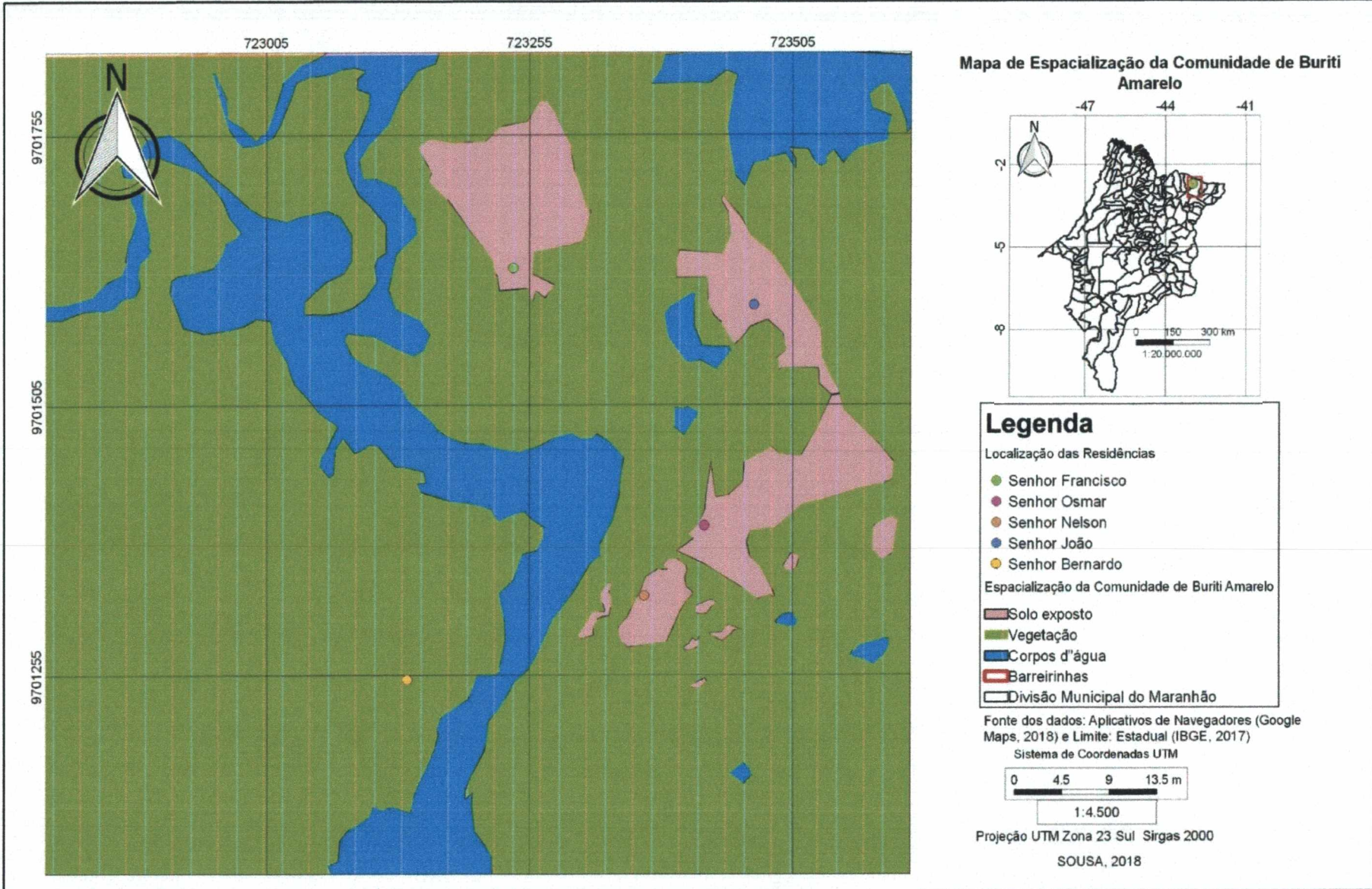
Figura 7- Localização Geográfica da Comunidade Buriti Amarelo no PNLN



Fonte: IBGE, 2017

Org.: Terra, 2018

Figura 8: Mapa de espacialização da comunidade de Buriti Amarelo



Fonte: Google Maps
Org.: SOUSA, 2018

Os lagos e áreas inundadas (Figura 9) são fontes de subsistência dos comunitários, dessas áreas, no período de agosto a dezembro, eles retiram o pescado para sua alimentação, todavia, em razão das características geográficas da comunidade, localizada próxima ao platô de dunas o que favorece a formação de lagoas devido ao acúmulo de sedimento, a pesca se constitui numa importante atividade desempenhada pelos comunitários.

Além da pesca, as famílias realizam a criação de animais (Quadro 3), e esta é uma atividade exclusiva dos chefes de família, assim como a pesca. A falta de protagonismo feminino é algo característico no meio rural, reduzindo o papel da mulher a tarefas secundárias, como o cuidar das crianças, cozinhar e zelar da casa.

Quadro 3 - Criação de animais dos produtores na comunidade Buriti Amarelo no PNLN

Moradores/entrevistados	Rebanho
Francisco	Bovinos
João	Suínos, Caprinos e Galináceos.
Luís Carlos	Galináceos, Caprinos e Equinos.
Osmar	Caprinos, Galináceos e Suínos.
Nelson	Galináceos e Suínos

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: Sousa, 2018

Outro aspecto da criação é o fato dela ter dupla função, às quais são primordiais para os momentos de crise servindo como uma poupança usados na alimentação e para obtenção de renda em momentos de difíceis, os animais é um capital acumulado na unidade camponesa, todavia, não tem um caráter mercadológico.

Em campo ainda foi possível identificar nas unidades de produção camponesas o cultivo da palma forrageira, do capim e do sisal destinado a alimentação do gado, o que indica que é costume articular a criação de animais a alguma cultura. Mesmo diante de pouca terra, os camponeses costumam destinar uma parte dela aos pastos para o gado como garantia de recursos financeiros caso tenham algum prejuízo durante o ano. A presença do gado nas unidades de produção camponesas significa uma situação mais estável da família.

Conforme Paulino (2006), mesmo que sejam poucas cabeças, o incremento de renda é notável: além da sobrevivência direta, o esterco se presta à fertilização da lavoura e os bezerros se constituem uma espécie de poupança dos camponeses” (PAULINO, 2006, p. 239)

A produção do Sr. Francisco se restringe ao rebanho bovino por três motivos: o morador reside em dois povoados (Buriti Amarelo e Manoelzinho); realiza sua roça em Manoelzinho, porque o solo apresenta melhores condições de plantio; a falta de escola

forçando o mesmo a viver a maior parte do tempo em Manoelzinho. Já o Sr. Bernardo possui um rebanho restrito a criação de galináceos que é ínfima em razão de sua idade avançada.

Exercem também atividades produtivas ligadas ao extrativismo da castanha e do pseudofruto do caju, a coleta do Mirim¹⁵, a pesca artesanal e a criação de suínos, galináceos, caprinos e ovinos (Figuras 10 e 11), cuja produção é integralmente destinada à subsistência dos seus familiares, numa lógica de produção interna obedecendo à “equação de mãos e bocas” (CHAYANOV, 1925), ou seja, a dimensão da área de produção é equivalente ao tamanho da família, empregando essencialmente o trabalho familiar.

Figura 9- Criação de caprinos



Autor: SOUSA, 2019

Figura 10- Criação de galináceos



Autor: SOUSA, 2019

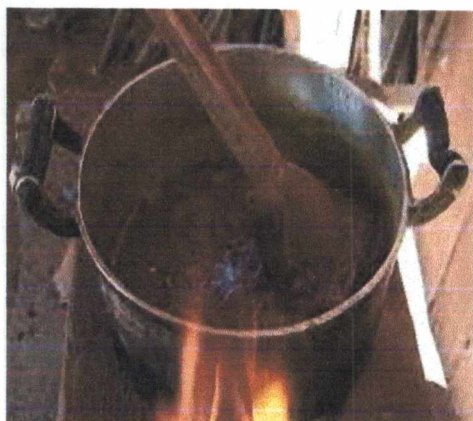
A economia camponesa local tem um movimento específico e peculiar, onde os gêneros oriundos do extrativismo principalmente a castanha de caju e o excedente da pequena produção são comercializadas e o montante obtido é utilizado para aquisição de novos produtos que segundo Oliveira (2007):

Na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M-D-M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

¹⁵ Fruto extrativo de coloração preta muito comum na comunidade.

O extrativismo vegetal é uma atividade econômica muito relevante nesta comunidade. Destaque para o extrativismo do buriti, palmeira com múltiplas utilidades para os moradores locais, presente nos artesanatos; nas “puxadas” das residências, nos chiqueiros e nos currais dos animais; na culinária com doces e caldos (Figura 12). O extrativismo fornece a matéria-prima para a confecção de vários produtos do artesanato local (Figuras 13 e 14).

Figura 11: Doce de buriti



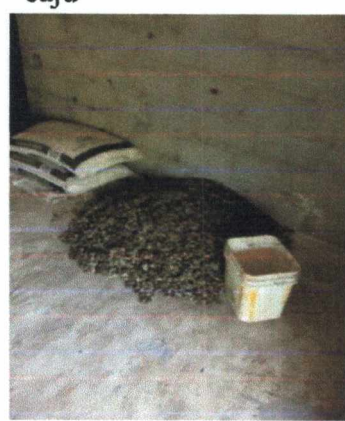
Autor: SOUSA, 2018

Figura 12: Puçá



Autor: SOUSA, 2018

Figura 13: Castanha do caju



Autor: SOUSA, 2018

A produção dos seus próprios utensílios¹⁶ é uma característica marcante do campesinato local, estes, são confeccionados com materiais simples e na maioria das vezes com recursos retirados da natureza, como por exemplo, os socós, o côfo e o puçá (Figuras 15 e 16), demonstrando uma relação homem-natureza, cultural-simbólico como afirma Castro (2012):

As comunidades e povoados do PNLM têm seu modo de vida tipicamente de subsistência, baseado ora mais ora menos na agricultura, pesca e pecuária. [...] uma diferenciação focada na relação homem-natureza, no cultural-simbólico, já que a base do território se assenta preponderantemente numa dimensão naturalista, onde estabelecem suas práticas socioculturais e sócio espaciais, segundo sua historicidade, seu tempo e contexto (CASTRO, 2012 p. 198).

¹⁶ Os utensílios são confeccionados pelos próprios moradores com os recursos disponibilizados pelo meio ambientes, são utilizados para a pesca e transporte do pescado.

Figura 14- Côfo



Autor: SOUSA, 2017

Figura 15- Socó



Autor: SOUSA, 2017

Uma das formas de reprodução do campesinato ocorre por intermédio do contato das crianças com os instrumentos de trabalho em miniatura, utilizando-os em suas brincadeiras, quando crescidas elas já dominam seu manuseio, esse processo de socialização define a divisão social trabalho dentro da unidade camponesa que segundo Oliveira (2007) é um elemento estruturante da produção camponesa:

A socialização do camponês - é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos (OLIVEIRA, 2007 p. 40).

No que tange a economia verificou-se no povoado o sobretrabalho, atividade realizada fora da unidade de produção, à qual complementa a renda familiar, os trabalhadores, em sua maioria as exercem atividades ligadas ao turismo embora a principal prática seja de subsistência.

O campônio tem uma lógica de tempo orientada pela natureza conforme atividade que está desempenhando em seu território. Neste contexto, é ilustrativa a afirmação do Sr. João, segundo o qual o seu patrão é o cansaço, o relógio que regula o seu trabalho é a “altura do sol”. Ao contrário da propriedade capitalista, em que há subalternização da mão de obra e da mais-valia, submetendo o trabalhador a uma jornada de trabalho extenuante. Por haver flexibilidade no horário, os camponeses da comunidade Buriti Amarelo podem disponibilizar de tempo para realizarem algumas atividades no município de Barreirinhas. Esta flexibilidade da jornada de trabalho camponesa foi analisada por Oliveira (2007), segundo o qual:

A jornada de trabalho - é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho) (OLIVEIRA, 2007 p.40).

Cada elemento especializado tem um significado e uma importância específica para os camponeses, ele tem um valor simbólico e afetivo para os moradores há uma simbiose e a também a manifestação de suas crenças associada à prosperidade de peixes de animais que nascem que são atrelados a divindades cultuados pelos habitantes locais.

Todas as residências visitadas possuem canteiros de hortaliças com cheiro verde, tomate, cebolinha e plantas medicinais, a forma de produzir foi driblar a pobreza do solo para isso eles adubam os canteiros com as fezes dos animais criados em seus quintais, pois como afirma Ploeg (2016), os camponeses são atores que não dependem de recursos externos, uma vez que eles criam os meios e as circunstâncias de produção.

O território para os camponeses não é normativo, ou seja, ele não é delimitado, se consolida a partir da ética dos camponês, à qual se fundamenta na honra, na hierarquia e na reciprocidade, embora exista cercamento os moradores locais alegam que é uma imposição do ICMBio, eles deixaram claro que não existe propriedade privada, a terra na comunidade é um bem compartilhado entre os moradores.

A ajuda mútua é uma característica que marca a vida dos comunitários, isto é, os camponeses trocam dias de trabalho no período de plantio e de colheita quando há uma demanda muito grande de mão de obra, há também a parceria, nesse caso o trabalhador divide os lucros e prejuízos com seus parceiros. Esse modo de produção de relações não capitalista é inerente ao próprio capital, declara (MARTINS, 2010, p. 34) “Minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”.

A solidariedade é algo prevalente nas relações sociais camponesas, é comum quando algum morador adoece, os agricultores doarem sua força de trabalho na produção de seus iguais, além de fornecer alimentos à família do doente “com parente não se negocia” faz alusão aos laços estabelecidos entre os camponeses entorno dos elementos naturais, o que Ploeg (200) denomina de coprodução que se configura da relação social do homem com natureza os quais são “transformados mutuamente”.

Além disso, registra-se a falta de infraestrutura no povoado, ou seja, os camponeses não possuem escola, posto médico e nem energia elétrica, esses são os principais fatores que levam ao êxodo rural, a maioria dos entrevistados alegou que seus filhos estudam em Barreirinhas porque Buriti Amarelo não oferece escola.

Quanto à energia elétrica os moradores responsabilizam o ICMBio pela falta deste importante recurso em seus domicílios, no entanto, os agentes do órgão gestor afirmam que a comunidade estava dentro do projeto “Luz Para Todos” do governo federal e que a implantação da rede elétrica seria de responsabilidade da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), concessionária de energia elétrica do Maranhão.

De acordo com a CEMAR, não existem projetos atualmente para o fornecimento de energia elétrica para a comunidade, pois não há recurso financeiro disponível para a implantação da rede elétrica. Em função da falta de eletricidade, todos os camponeses entrevistados não possuem qualquer eletrodomésticos, por isso, armazenam água em potes e filtros de argilas e salgam carne para conserva-la.

No entanto, o servidor do ICMBio declara que essa situação vivenciada pelos camponeses é favorável aos interesses ambientais, por duas razões, primeiro porque a ausência do conforto que energia elétrica viabilizaria, força-os a abandonar os territórios que ocupam no Parque, e segundo, a falta de energia elétrica desestimula o interesse de novas famílias em habitar no Parque.

Outro aspecto referente à permanência dos moradores, sobretudo dos seus filhos, refere-se ao estigma que se originou a respeito do campo, como lugar distante da cidade, de pessoas atrasadas, de sujeitos rústicos, ingênuos e de trabalho penoso figurado na personagem do caboclo:

São palavras que desde tempos remotos tem duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Tem também o sentido de tolo, de tonto. As vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas (MARTINS, 1981, p. 22)

Isso associado à falta de infraestrutura faz com que o jovem seja seduzido a migrar para cidade em busca de um horizonte melhor que garanta sua sobrevivência. Devido à migração para cidade de Barreirinhas evidencia um perfil marcadamente de idoso que compõe a comunidade local.

O Sr. Pedro de 60 anos, cuja família fundou a comunidade Buriti Amarelo há gerações, relata que sua relação com o território ultrapassa a dimensão econômica porque lá

estão firmados seus laços familiares e até mesmo com a natureza e isso garante a sua permanência em seu território.

6.3. Conflitos nas Comunidades de Ponta do Mangue e Buriti Amarelo

Assevera Terra (2016) que o termo conflito apresenta enorme complexidade conceitual por estar emerso em todos os níveis organizacionais da sociedade e em todas as organizações sociais, sendo inerente a todos os seres humanos. Para o autor configura-se conflito:

Não uma definição simples de conflito, todavia, num esforço de conceituá-lo poderíamos defini-lo como um desentendimento entre duas pessoas ou mais sobre um tema de interesse comum, representa a dificuldade de lidar com as diferenças nas relações e diálogos, associada a um sentimento de impossibilidade de coexistência de interesses, necessidades e pontos de vista (TERRA, 2016, p.177)

Ainda segundo o autor, o referido tema é multiescalar, organizado em três níveis (TERRA, 2016, p. 177) “pessoais, grupais ou entre nações”, pontua também que não há conflito negativo ou positivo, maus ou ruins, contudo a resposta que se dá ao conflito que vai atrair tais conotações.

Enfatiza (TERRA, 2016, p.178) que “Há uma tendência geral em atribuir uma conotação negativa ao conflito. Porém, estes não são positivos ou negativos, maus ou ruins e sim a resposta que se dá aos conflitos que os tornam negativos ou positivos, construtivos ou destrutivos”.

O conflito socioambiental em peculiar configura-se no embate de agentes antagônicos, os quais territorializam o território de forma diferenciada, os agentes do capital pela economia e os camponeses pela simbologia. A conflitualidade no PNLM tem sua gênese entre dois atores antagônicos o ICMBio e os Comunitários.

O PNLM foi criado em 1981, contudo os moradores locais sentiram efetivamente os efeitos da criação somente a partir de 2002 quando foi demarcado e primeira equipe de ambientalista foi encaminhada para atuar no parque desencadeando o primeiro conflito segundo relatam dos camponeses, o primeiro diretor do parque proibiu a criação de caprinos por que constava no plano a proibição de tal prática.

O plano de manejo se constitui o instrumento de gerenciamento da UC o mesmo estabelece restrições às práticas ancestrais dos campônios às quais são praticadas a gerações, o conflito nesse contexto se materializa como divergência entre modo de vida agropastoril das comunidades e gestão do parque às quais não são participes. Segundo Arruda (1999):

Estas áreas são sujeitas a um regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade e, independentemente, formulam e executam os respectivos planos de manejo. As pessoas que vivem no interior ou no entorno das áreas não participam em nada destas decisões. Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais (ARRUDA, 1999, p. 84).

Os moradores apontam que as penalizações são constantes às atividades agropastoris realizados pelos camponeses na UC, afetando dessa forma, a reprodução material e cultural dessas comunidades, no que concerne ao seu modo de vida, o ICMBio está mingando a possibilidade de reprodução, inviabilizando obras de infraestrutura para os comunitários, forçando a migração de muitas pessoas para outras áreas em busca de saúde, educação e energia elétrica, sendo este último dado o mais preocupante, já que segundo o IBGE (2017), o município possui 903 famílias que não a possuem tal recurso em seus domicílios.

Além disso, muitos comunitários relataram que o órgão gestor age de forma arbitrária na destruição de plantações, proibição de reformas e ampliações de moradias de demolição das mesmas. “apesar da perseguição do ICMBio há uma intensa mobilização dos moradores e de entidades de classe afim de assegurar sua cidadania” afirma a Sra. Josefa que mora há 50 anos na comunidade (desde que nasceu), tais penalizações tem amparo legal criminalizando os camponeses que vivem nas unidades de conservação.

De acordo como aponta Arruda (1999):

Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou, etc., tudo isso é, de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis (e não o modelo urbano-industrial em expansão) pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação da área em questão (ARRUDA, 1999 p. 84).

Em entrevista, um analista ambiental do ICMBio responsável pelo PNLM, afirmou que o conjunto de atividades desenvolvida pelos camponeses com ênfase para queimada, plantio de caju e criação de peixe em cativeiro para o órgão são atividades mais danosas à preservação.

O cultivo de caju se materializa como atividade antrópica e penalizada pelo órgão, a queimada é ainda mais severa por ser realizada em áreas de vale de rios onde se concentra espécie endêmica e criação de peixes nas lagoas por comprometer a biodiversidade nativa.

Os arautos da gestão dos parques formados nas ciências exatas e naturais desconsideram os laços afetivos e o saberes tradicionais dessas comunidades tradicionais com seu território, tais saberes dos camponeses se fundamenta no movimento cíclico da natureza, considerando as fases da lua para o cultivo, para pesca, para retirada da madeira e caça, do outro lado os ambientalistas com seus sistemas técnicos de manejo, os quais são insuficientes para conservação da natureza:

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o *tradicional* e o *científicomoderno*. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado. Em lugar da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração "moderna" dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas (na maioria das vezes, insuficientes) (DIEGUES, 2001 p. 69).

Os conflitos se firmam entre os comunitários e o ICMBio tendo por base a dicotomia homem e natureza, que desconsidera o camponês e suas práticas de conservação, separando o homem da natureza por considera-lo nocivo à conservação do meio ambiente e de seus recursos. Este elemento é basilar quando o tema é Unidades de Conservação Ambiental de tempo integral:

Assim, esse modelo supõe uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza, supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (o que pode ser verdade nos casos de extrativismo comercial em grande escala, mas não em todos os casos), e finalmente, que estas áreas podem ser perpetuadas num estado de natural equilíbrio (ARRUDA, 1999, p. 84).

Ao questionar os moradores, se eles gostavam de residir na comunidade, eles afirmaram que sim, Sra. Joana, moradora a 40 anos na comunidade Ponta do Mangue, afirma que “gosto daqui, porque aqui aprendemos ser gente, além do mais, enterrei meu pai e minha mãe aqui”.

O pertencimento dos moradores a seu lugar é visível Tuan (2013), elas vivem ali há várias gerações. Antes mesmo da criação do parque que ocorreu em 1981, em governo autoritário o qual não estabeleceu diálogo com a sociedade camponesa, sendo que a primeira

audiência pública para a criação do mesmo foi realizada em São Luís, ou seja, ele foi criado em uma ação que se deu de “cima pra baixo” ignorando os atores sociais que viviam/vivem no território do PNLM, o que Terra (2017) denomina de pecado original:

O PNLM padece de um “pecado original”, uma vez que as políticas de sua criação, levadas a cabo pelo poder público, foram realizadas com pouca ou nenhuma participação da população que nele habitava/habita, ou que fazia/faz uso dos seus recursos como meio de subsistência, originando o mais crítico conflito da atualidade nessa unidade. A definição da área como UPI, à revelia da população local, teve profunda repercussão na vida dos comunitários, tendo em vista que a ocupação desse território não é recente, mas decorre de um processo histórico carregado de territorialidades, construídas ao longo de gerações que desenvolveram ali um gênero de vida específico (TERRA, 2017, p. 251).

A gestão territorial da Unidade de Proteção Integral (UPI), desconsidera o modo de vida tradicional que segundo Castro (2012), a ocupação remete ao período colonial. No território, os conservacionistas ignoram o arranjo tecnológico rudimentar dos camponeses confeccionado em sua própria indústria doméstica, tendo esses instrumentos um impacto pequeno sobre o ambiente.

De acordo com Becker (1999), as comunidades vivem alicerçadas nos conhecimentos ecológicos geracionais, passados de geração para geração, evidenciado no cultivo de ervas medicinais dos moradores tradicionais, havendo portanto, relação intrínseca entre homem – sociedade, existente nos mais remotos tempos, na organização do arranjo espacial das sociedades primitivas Moreira (2009).

Afirma Diegues (2001) ser o homem o ator nuclear na conservação da biodiversidade, contudo, o órgão gestor do parque não comunga das mesmos ideais, pois consideram os moradores tradicionais a principal ameaça à conservação das espécies animais e vegetais do PARNA, sobretudo na comunidade Ponta do Mangue por localizar-se em uma área que o plano de Manejo proíbe veementemente as ações dos campônios, área estratégica que, segundo os analistas ambientais do ICMBio, configura-se o que Diegues (2001) denomina de neomito:

Para o neomito, o mundo natural tem vida própria, é objeto de estudo e manejo, aparentemente sem a participação do homem. O saber moderno se arvora não só em juiz de todo o conhecimento, mas até da proteção de uma natureza “intacta”, portadora de uma biodiversidade sobre a qual a ação humana teria efeitos devastadores. Não é para menos que, em todas as áreas naturais protegidas, a pesquisa científica seja permitida, mas não o etnoconhecimento, pois esse exige a presença das comunidades tradicionais, do saber, de técnicas patrimoniais e, sobretudo, de uma relação simbiótica entre o homem e a natureza (DIEGUES, 1996 p. 69).

O autor afirma ainda que a criação de unidades de conservação, se sustenta “no mito moderno da natureza intocada” o qual desnaturaliza o homem apresentando-o incompatível a preservação da natureza, neste caso específico as unidades de conservação integrais cuja legislação vela por sua intocabilidade preservando seu estado “puro”:

O CONCEITO de mito [...] está longe da noção de "falácia", "ilusão" ou conhecimento equivocado que lhe é atribuído pelo senso comum. A noção de mito naturalista, da *natureza intocada, do mundo selvagem* diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado "puro" até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma "proteção total" (DIEGUES, 2001, p. 53).

Ressalta-se que a UC foi criada para atender a sociedade urbana oferecendo-lhes lazer, à qual ignora os povos tradicionais que sobrevivem a séculos da exploração da natureza numa relação de valor de uso e não de troca, tal problemática ocorre em função da transposição para o terceiro mundo, desempoderando as comunidades tradicionais conforme sentença Arruda (1999):

Ainda que este modelo possa ser relativamente adequado aos EUA, dada a existência de grandes áreas desabitadas, sua transposição para o Terceiro Mundo mostra-se problemática, pois mesmo as áreas consideradas isoladas ou selvagens abrigam populações humanas, às quais, como decorrência do modelo adotado, devem ser retiradas de suas terras, transformadas de agora em diante em unidade de conservação para benefício das populações urbanas (turismo ecológico), das futuras gerações, do equilíbrio ecossistêmico necessário à humanidade em geral, da pesquisa científica, mas não das populações locais (ARRUDA, 1999 p. 84).

Está explícito que as normas impostas aos moradores pelo ICMBio tiram-lhes o direito a seu território e sua territorialidade. Os camponeses são penalizados para proporcionar conforto e bem-estar aos cidadãos, os quais, em nossa perspectiva, geram impactos na natureza através da pesca ilegal, das trilhas de rally clandestino e lixo descartado pelos turistas (Figura 17).

Figura 16- Resíduo Sólido depositado por turistas nas dependências do PNLM



Autor: SOUSA, 2019

Os servidores do ICMBio afirmam que estão tomando as providências “penalizando” as agências de turismo responsáveis pelo ecoturismo no PNLM, aplicando multas. O que fica claro é que dentro da lógica capitalista, alguém ganha em detrimento de outro, e neste caso, os ganhadores não são os camponeses.

6.4. Energia Elétrica e Termo de Compromisso nas Comunidades de Ponta do Mangue e Buriti Amarelo

A Associação dos Moradores de Ponta do Mangue (AMPM) criada em 1979, inicialmente com 79 associados, atualmente possui 100 associados, é a principal entidade de classe dos comunitários, atualmente é presidida pela Sra. Maria do Celso, e a Associação Integrada dos Moradores de Bracinho, Buritizal e Buriti Amarelo presidida pela Sra. Graciema cujo cerne da luta dessas mulheres e dos demais representantes de entidades de classe no PNLM concentra-se no termo de compromisso firmado entre ICMBio e os moradores de todas as comunidades que estão no perímetro do parque, e a instalação de energia elétrica nas mesmas, que segundo moradores tem exaltados ânimos e ocasionado ferrenhos embates no conselho consultivo do ICMBio e nas audiências públicas.

Apesar de não possuírem energia elétrica alguns moradores têm instalado em suas residências placas solares e motores a óleo diesel (Figura 18 e 19) que é insuficiente para suprir a demanda local, muitos comunitários afirmam que as placas só “puxam” a televisão e as lâmpadas, não atende todas as necessidades, seria necessário o kit completo que para camponeses é muito oneroso.

Figura 17- Motor movido a diesel



Autor: SOUSA, 2019

Figura 18- Placas solares



Autor: SOUSA, 2019

O custo de operação do motor a diesel é muito caro (20 litros custa R\$100) para os moradores da localidade, para eles, o mais viável seria a energia elétrica, tendo em vista que em muitas residências, utilizam-se lamparinas, e em outras a iluminação gerada pelos motores movidos à óleo diesel.

Em Buriti Amarelo registram-se apenas placas solares na residência do Sr. João do Vale, nas demais residências, os moradores utilizam lamparinas, que liberam fuligem tóxica que afeta a saúde dos moradores, além disso, os camponeses relataram que sofrem de hipertensão, que eles atribuem à falta de energia elétrica para refrigeração dos alimentos, uma vez que os moradores salgam seus alimentos para os conservar de agentes patogênicos.

A instalação de energia elétrica é uma questão muito complexa, pois envolve três instituições: o ICMBio, a CEMAR e a Prefeitura Municipal de Barreirinhas, às quais não interagem institucionalmente com vistas a garantia do direito ao acesso à luz elétrica aos comunitários, não se sabe a razão desse desinteresse institucional.

O ICMBio afirma que a CEMAR precisa entregar um projeto ao órgão, todavia, ele existe há muito tempo e foi entregue à comunidade em 2012, com a ordem expressa de instalação, quando foi embargado pelo ICMBio, que alegou que a companhia precisaria de licença ambiental cuja taxa para sua elaboração seria muito alta, o que inviabilizou a efetivação do projeto.

A luta dos camponeses mobiliza uma importante frente de luta e resistência formadas por várias entidades de classes: O Conselho Eclesiais de Base (CEB); o Centro de Direitos Humanos (CDH); a Prefeitura Municipal; o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR); a Colônia dos Pescadores; o Sindicato dos Pescadores, coordenados pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado

do Maranhão (FETAEMA) que disponibilizou advogado para defesa dos interesses dos trabalhadores rurais.

O termo de compromisso engendrado por maradores e ICMBio esta previsto no SNUC, faz parte de um processo judicial que está em tramitação na justiça e estabelecem normas de uso dos recursos naturais do PNLN, as comunidades têm como representantes dois pesquisadores a Professora Maristela de Paula Andrade e o Professor Benedito Souza Filho os quais fazem parte do quadro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A presidenta da associação tem atuação forte no conselho consultivo do ICMBio, a favor dos comunitários que residem na UPI, ela aponta contudo, que termo é salutar por proibir a degradação das encostas dos rios, queimadas e desmatamento em atos inconscientes, que segundo a moradora, têm diminuído pela conscientização que os professores têm feito na comunidade, na proposição de que os moradores sejam os ficiais da comunidade.

Outra demanda que permeia o termo de compromisso, refere-se a criação de animais soltos com exceção dos porcos, tal demanda é proibida pelo plano de manejo do parque, por ser danosa à biodiversidade do PNLN, o pisoteamento ocasiona prejuízo à fauna e à flora, essa reivindicação é unânime entre os camponeses locais e das comunidades adjacentes, alegam que tal atividade ocorre desde os seus antepassados, além disso, afirmam que no período seco há forte estiagem impossibilitando o confinamento dos animais em cercados.

6.5. Turismo Nas Comunidades De Ponta do Mangue e Características Edafoclimaticas das Localidades

O turismo no Município de Barreirinhas segundo o secretário de turismo, é crucial para economia da cidade, pois as belezas cênicas que combinam cenário de deserto com belas lagoas, é a combinação que atrai milhares de turista do Brasil e do mundo, sobretudo no período de cheias das lagoas, período que ele denomina de alta do turismo.

O principal setor beneficiado pelo turismo é o terciário (comércio e serviços) restaurante, passeios em veículos 4x4 (caminhonetes, quadriciclos), hospedagem e passeios em embarcações pelo rio preguiças, apesar de ser uma atividades lucrativa o “ecoturismo” e mover a economia do município não beneficia concretamente os moradores locais como está prevista pela lei do SNUC que estabelece que os comunitários sejam componente participante das atividades turísticas.

Os comunitários afirmaram que exercem um papel secundário na atividade turística, trabalhando nas pousadas nas altas temporadas, na maioria dos casos as mulheres vão trabalhar como cozinheiras e camareiras, já os homens foram incorporados pelo turismo como guias turísticos encaminhando os turistas pelos redutos turísticos locais: Lagoa Azul, Lagoa Bonita, Atins, Rio Preguiças e Lençóis Maranhenses.

Todos os locais apontados são pontos de passeios, exceto Atins que é conhecido pela gastronomia, tendo como principal prato comercializado a camaroadá que custa R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) a porção.

Segundo as famílias camponesas, o restaurante local só os beneficia nos períodos de alta do turismo, quando os camponeses são extremamente necessário para atender a demanda desta atividade econômica. Além do restaurante a família da Sra. Luzia monopolizou os passeios turísticos em canto do Atins, eles possuem frotas de caminhonetes e quadriciclos, veículo responsável pelo transporte de turista.

Fica patente que o contexto social local é fortemente influenciado por agentes externos, o arranjo territorial dos camponeses se ressignifica às investidas do capital como forma de resistência ao “modo de produção capitalista” figurada no ecoturismo.

O trabalho acessório Kautsky (1980), é principal mecanismo de resistência dos camponeses isso é algo que se insere nas contradições oriundas do capital hegemônico, neste caso específico o capital precisa incorporar a mão de obra camponesa nas atividades relativas ao turismo. Ressaltando que papel exercido pelo campesinato vai ser secundário pelo fato deste estar na periferia do sistema capitalista.

O Sr. José de 64 anos nascido e criado na comunidade de Buriti Amarelo deu o seguinte relato “eu tô há muito tempo aqui, mas nunca andei de quadriciclo nas dunas, é muito custoso” as pessoas estão próximas e mesmo tempo elas estão muito distante das belezas do PNLM, o muro imposto pelo capital “impossibilita o morador de transitar” pelas rotas do turismo em razão do alto valor do pacote cobrado pelas agências de turismo.

Além disso, os comunitários firmam que a “lida” diária pela sobrevivência os eximem de apreciar as belezas locais, como afirma um morador da comunidade Buriti Amarelo “eu trabalho na roça o dia inteiro, quando não tem roça tenho que fazer outras coisas: jacá, cofo, puçá, redes, arpão tudo isso me deixa sem tempo pra ver os lençóis”.

Os camponeses de Ponta do Mangue e Buriti Amarelo são pouco beneficiados pelo turismo, sobretudo os de Buriti Amarelo, em decorrência da localização geográfica da comunidade, no interior do parque, fora da rota do turismo, embora existam alguns comunitários que atuam no setor de forma secundária.

Todavia, a comunidade Ponta do Mangue recebe um ínfimo quantitativo de turistas, não acrescentando muito à renda dos comunitários, como no caso do Sr. Messias que declarou que “o turismo não ajuda muito aqui, porque não tem muito turistas por esses lados do parque”.

Ainda segundo o Sr. Messias, o seu restaurante de comidas típicas está entregue as traças por falta de clientes, tal problemática se dá em decorrência da falta de infraestrutura, sobretudo pela falta de energia elétrica que dificulta o armazenamento de alimentos e que dinamizaria as atividades do restaurante.

Por essa via, faz-se necessário o turismo de base comunitária o qual pensa a inserção dos moradores locais na cadeia produtiva da atividade turística preconizado pelo, MMA (2006), SNUC (2000) e BRASIL (2000) os quais estabelecem o protagonismo desses atores no turismo e divisão equitativa dos lucros oriundos de tais atividades entre os envolvidos.

Tais órgãos estabelecem normativas para o desenvolvimento do turismo nas comunidades tais como: a manutenção da cultura local, preservação da natureza e uso sustentável cujo objetivo prima pelo desenvolvimento local possibilitando a “reprodução cultural e material” em seus territórios, contudo essa legislação não se faz concreta no cotidiano dos camponeses que tem nas resolutivas do ICMBio forte restrição a sua efetivação no PNLM.

Tal modalidade de turismo é uma realidade distante dos moradores locais em virtude da inserção precária sem quaisquer suporte do poder público, embora cumprindo os pré-requisitos da legislação supracitado, construindo o porte necessário para interação entre morador e inturista inserindo-o na realidade campesina local.

6.6. Atividades econômicas das Localidades

Os camponeses residentes no Parque são caracterizados pelas atividades que exercessem em cada localidade (Figura 5), “os filhos¹⁷” de Atins, Canto do Atins, Santo Inácio e Ponta do Mangue é conhecido na região como pescadores isso não significa que os comunitários não pratiquem outras atividades.

Contudo os “filhos” de Bracinho, Tratada de Cima, Tratada de Baixo, Tucuns, Buritizal, Espigão, Baixão, Baixinha, Betânia e Avanca são denominado de agricultores por

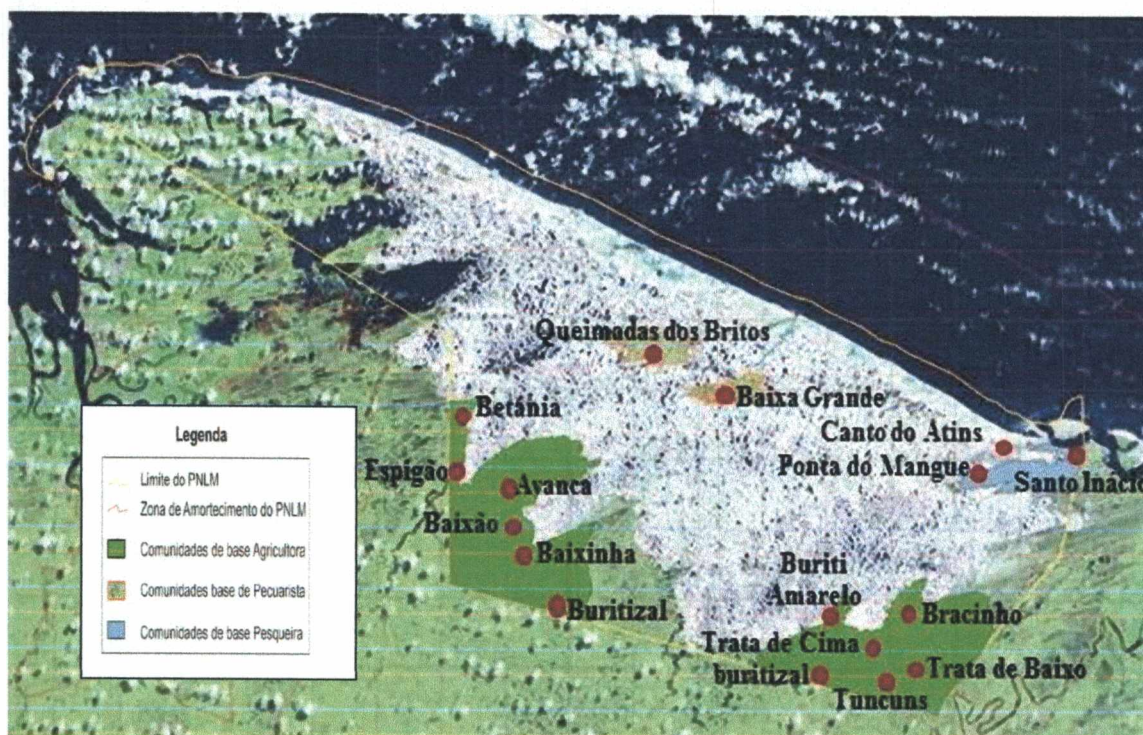
¹⁷ Autodenominação dos camponeses que nasceram e foram criados no lugar

haver uma predominância da agricultura com relação às outras atividades desempenhadas nessas “localidades”. As comunidades Queimadas dos Britos e Baixa Grande têm como principal atividade a pecuária.

Os aspectos fisiográficos são primordiais para atuação humana, sobretudo por se tratar de atores sociais cujo aparato tecnológico é bem elementar, condicionando-os a sazonalidade da natureza. As fisionomias preponderantes no PNLM referem-se às regiões de “praias” (pesca) e regiões de “areias” (agricultura).

Figura 19 - Croqui sem escala da comunidades segundo suas atividades de base

Comunidades segundo suas atividades de subsistência



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2019

Org: SOUSA, 2019

A organização social dos camponeses obedece ao mosaico paisagístico constituído de rios, lagos, terra, mar e areal, acentuando as diferenças entre litoral e interior. Contudo ressalta-se que há uma forte integração dos camponeses pela necessidade de comercialização e de troca de seus produtos como a farinha e o pescado, tais laços na maioria das vezes são familiares.

Os pecadores deixam marcas de sua intervenção no espaço visíveis nas cabanas¹⁸ às quais servem de abrigo para os pescadores no período de pesca, é comum encontrar tais construções na orla do litoral, elas são guaridas para os pecadores que se deslocam de regiões mais “distantes” dos pontos de pesca, caso específico dos pecadores de Ponta do Mangue.

Existem localidades que embora estejam em “regiões de areias” apresentam características não propícias para a agricultura, é caso específico de Buriti Amarelo e Mucambo, que estão localizadas em platôs de dunas, ou seja, são regiões onde as dunas perdem forças e acumulam sedimentos, o que dificulta as práticas agrícolas, abrindo margem para outras atividades como a criação de animais, atividade típica nessas comunidades.

Cabe a esses territórios a criação de animais e pesca em canais intermitentes, evidenciado que a territorialidade tem um vínculo direto com os fatores edafoclimáticos, corroborando com a assertiva de Saquet (2009), segundo o autor “a natureza doma o homem e é domada pelo mesmo numa relação dialética de mudança onde ambos são transformados”.

7. COMUNIDADES TRADICIONAIS E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

A agroecologia refere-se dimensão ecológica da produção agropecuária (agro + ecologia), é uma produção de baixo custo cuja relação com o mercado é mínima, isso porque os povos tradicionais não compram insumos nos mercados, eles captam tais recursos na unidade de produção familiar. Os conceitos agroecológicos conferem à produção sustentabilidade ecológica, como sentença Altieri (2006):

A Agroecologia oferece conhecimentos e as metodologias necessárias para desenvolver uma agricultura que seja, por um lado, ambientalmente adequada e, por outro, altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável. Através da aplicação dos princípios agroecológicos, poderão ser superados os desafios básicos na construção de agriculturas sustentáveis, ou seja: fazer um melhor uso dos recursos internos; minimizar o uso de insumos externos; reciclar e gerar recursos e insumos no interior dos agroecossistemas; usar com mais eficiências as estratégias de diversificação que aumentem o sinergismo entre os componentes-chave de cada agroecossistema (ALTIERI, 2006, p. 7).

Apesar de estar fora do circuito econômico do mercado a produção agroecológica camponesa tem forte impacto nos mercados locais e até mesmo a nível regional no que tange o abastecimento de alimentos, de acordo com o IBGE (2006), 70% dos alimentos que chegam as casas dos brasileiros é produzido pela agricultura familiar camponesa. Assevera (NEVES,

¹⁸ Construção temporária típica, feita com a madeira nativa e com a fibra do buriti, ela dar suporte à atividade pesqueira no período chuvoso denominado pelos camponês de “inverno” o qual ocorre durante seis meses, de Dezembro a Junho.

2006, p. 46) que “Numa boa proporção do mundo rural de hoje, práticas e conhecimentos agrícolas tradicionais continuam sendo a base para a maior parte da produção primária de alimentos”

A agroecologia resgata os métodos tradicionais dos povos originários por ser de baixo impacto ao solo, aos corpos hídricos pelo não uso de venenos nas pequenas produções, depende do tempo da natureza, sobretudo das chuvas para cultivar seus gêneros alimentícios multivariados.

A pequena produção agrícola camponesa esta intimamente relacionada por vias morais, constituídas no amor e respeito a natureza à qual é tratada como “ser” não “coisa” ela da seus frutos em tempo, o conjunto técnico empreendido pelos moradores respeita seus potenciais naturais. Tal espiritualidade é claramente expressa segundo Woortmann (2009) no trinômio Deus, homem e terra:

Relação entre o homem e a natureza, que expressa não apenas dimensões técnicas, mas também princípios morais. Refiro-me ao que se pode chamar de “triângulo Deus, Homem, Terra”, uma percepção moral da relação com a terra e entre os homens[...] (WOOTMANN, 2009, p. 117).

A crenças em seus mitos (Deus e santos) é o elemento que norteia sua ética, conduz o comportamento do coletivo social, ora se a queles sujeitos desrespeitarem o código ético intimamente ligados as divindade serem penalizados, ou seja, faltará chuva em contrapartida a estigem afligirá:

Em contrapartida, o trabalho de Deus é fazer cair a chuva (num ciclo anual relacionado a determinados santos). Mas isto depende da conduta dos homens que, com freqüência, afrontam a vontade divina. Em vez da chuva, vem então a seca. Como se costuma dizer naquela região, “a seca é o castigo de Deus pela maldade dos homens”, o que exige a penitência (WOOTMANN, 2009, p.120)

Relatou Sr. Antonio, nascido e criado no povoado de Buriti Amarelo que a primeira prática quando faz seu roçado é consagra-lo a Deus afim de properar seu plantio. Reza pedindo a intercessão divina no imaginário dos produtores rurais atrairá boas colheitas. Já na comunidade de Ponta do Mangue o Sra. Deuza destina parte de sua colheita a nossa senhora no mês de Maio em gratidão pelos frutos da terra.

Ainda segundo a autora o camponês é hábil em conhecer a natureza, suas sazonalidade (seu tempo), o que pode oferecer. Há sentido para os agricultores vitaminá-la, adubá-la eles simplesmente esperam a vontade divina (mito camponês) que no tempo certo mandará a chuva, condição excencial para o plantio e descansa dois anos para o replantio, condições fundantes da forma de plantar e se relacionar com a terra do camponês:

[...] Por sua vez, o trabalho da terra é o de receber a semente, fazer nascer e crescer a planta, alimentando-a com sua “vitamina”. A terra agradecida retribui o trabalho do homem com uma colheita abundante. Quando ela “recebe a vitamina dada pelo homem e a chuva de Deus, ela fica alegre e agradece, dando muito alimento” e trazendo “fartura”. Mas, se a terra trabalha, tal como o homem, ela fica “cansada”, e é preciso respeitar seu tempo de “descanso” (pousio), para que possa renovar suas forças (WOOTMANN, 2009, p. 120)

O mosaico paisagístico, disforme nos territórios, garante o controle biológico de pragas, descartando os agroquímicos e valendo-se dos agentes biológicos dos ecossistemas naturais para assegurar a manutenção da biodiversidade e auto regulação da unidade produção, como afirma Altieri (2006):

O objetivo final do desenho agroecológico é integrar os componentes de cada sistema de maneira que se possa aumentar a eficiência biológica, preservar a biodiversidade e manter a capacidade produtiva e de auto regulação do agroecossistema. O que deve ser buscado é o desenho de agroecossistemas que imitem e se aproximem da estrutura e função dos ecossistemas naturais de cada zona, isto é, um sistema com alta diversidade de espécies e um solo biologicamente ativo; um sistema que promova o controle natural de insetos e enfermidades; um sistema onde se tenha alta reciclagem de nutrientes e uma alta cobertura do solo que previna a perda de recursos edáficos (ALTIERI, 2006 p.7).

Um dos princípios de uso dos recursos naturais está atrelado à ética camponesa, ou seja, aos direitos e deveres no sentido da coprodução, cuja relação envolve a natureza, conservação e os membros das famílias. Desse modo constui-se uma relação “etno-ecológica¹⁹”. A natureza para os camponeses não é apenas um recurso, ela é abrigo, ou seja, ela tem conotação que perpassa a dimensão econômica, isto é, a produção de bens mercantilizados para o mercado (WOOTMANN, 2009).

Assevera Arruda (1999) que as práticas de manejo do solo e os hábitos culturais derivam da integração dos colonos com os povos originários que habitavam o território. A denominada “cultura rústica” são marcas evidentes da influência desses povos, materializadas nos seus acessórios cotidianos como peneiras, tipitis, pilões, ralo, forno entre outros.

Ressaltando que o acultramento tem dois vieses, os portugueses também influenciaram os indígenas, sobretudo na alimentação com incorporação do arroz, trigo, banana exótica e outros.

¹⁹ (WOOTMANN, 2009, p. 122) “A lógica simbólica da lavoura camponesa expressa, destarte, uma ética de equilíbrio, na medida em que cria condições para o sustento da família e em que é feita segundo uma perspectiva “etno-ecológica” que envolve o cuidado com a natureza – a “natureza de Deus” – desde a mata e as nascentes de água até a terra cultivada. Respeitando a natureza, o camponês estará respeitando Deus”.

Historicamente, o manejo agrícola incluía/inclui nas comunidades tradicionais, rica em simbologia e sistemas rituais, que serviam para regular as práticas de uso da terra e para codificar os conhecimentos agrários dos povos que não conheciam a escrita.

De acordo Hecht (1989) os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais perdem influência em seus métodos de produção rústicos em detrimento da agricultura “moderna” que origina na Universidade de Harvard como negócio do campo integrado a expansão das corporações.

As múltiplas formas de campesinato, às quais se constituem de comunidades tradicionais, sertanejos, assentados de reforma agrária, quilombolas e indígenas, que desempenham manejo sustentável baseado no conhecimento empírico e geracional, tendo como enfoque principal o agroecossistema.

Gliessman (2009) o definiu como conjunto que envolve todo arranjo produtivo do sistema de produção de alimentos, a partir da análise profunda do manejo dessas famílias, concentradas no interior do PNLM constata-se que a produção é orgânica, portanto saudável e sustentável.

O grande desafio nas Unidades de Conservação Integral no que diz respeito agroecologia é enfrentar o capital hegemônico figurados nos agentes de espoliação (HARVEY, 2005) representados pelo turismo ecológico que atende a população urbana em detrimento dos camponeses locais.

Diferentes das UCs os demais camponeses e campesinatos têm como par antagônico o agronegócio que surge no Brasil na década de 1960 com os incentivos fiscais e se consolida na década de 1970 Carvalho (2009). Nesse mesmo período surge a agroecologia como contra-movimento à Revolução Verde, amparado pelos movimentos ambientalistas na luta contra a degradação ambiental e exaustão dos recursos naturais.

O argumento central alegado sobretudo pelos militares é que a mecanização do campo sanaria a fome no Brasil tendo em vista que produziria alimentos em larga escala, tal argumento escamoteou o real sentido da “modernização do campo” seu *status quo*, o que Graziano denomina de “modernização conservadora”²⁰ por manter a estrutura fundiária tal como ela “é” ou seja, teve/tem o caráter mantenedor da concentração fundiária.

Já se passaram 500 anos de latifúndios no Brasil e sua economia continua fincada em um modelo agroexportador de gêneros primários. Atualmente é o país que mais exporta

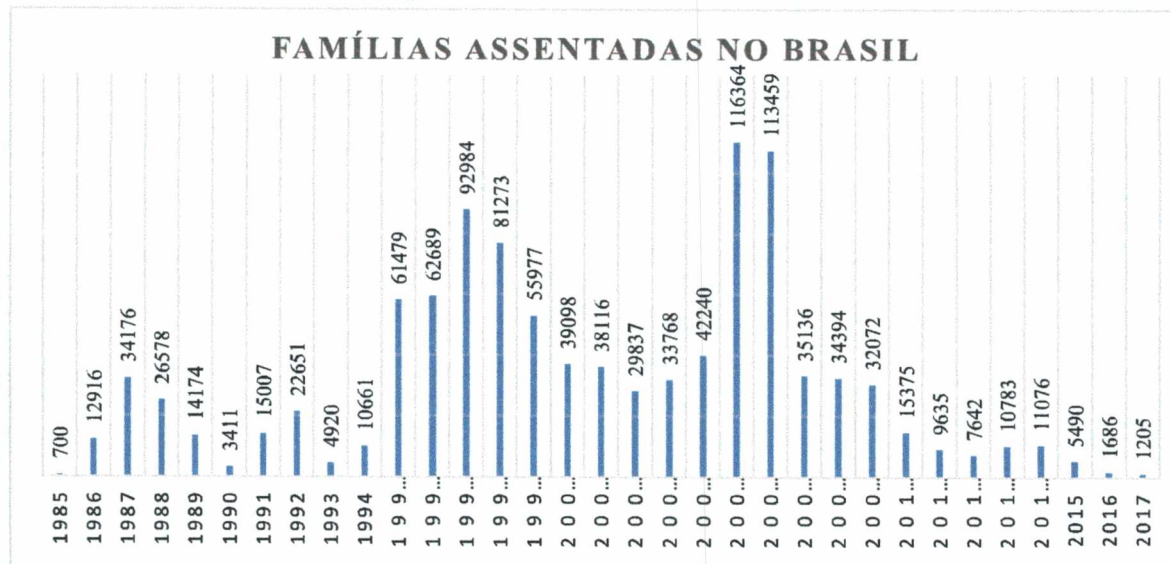
²⁰ (Guimarães, 1977, p. 3). “[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.”

alimentos para mundo, contudo a fome assola um contingente significativo de pessoas em seu território, ocasionado sobretudo pela inexistência de uma reforma agrária concreta, de acordo com o Índice de Gini o Brasil apresenta sua estrutura fundiária extremamente concentrada com 0,87.

Entre os anos 1985 a 2017 o país passou por inúmeras configurações sociais, políticas e econômicas, de uma regime autoritário cuja política agrária baseava-se no estatuto da terra aprovado pelas intensas pressões dos movimentos, a uma intensa política criação de assentamentos rurais dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva os quais mais assentaram famílias (Gráfico 12) no Brasil.

Já no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff o número de famílias assentadas diminuíram significativamente em função da política adotada, a de qualificação dos assentamentos rurais advindo o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tal argumento sustenta a ideia de seu melhoramento por intermédio de políticas públicas, tal política escamoteou o privilegio ao agronegócio em detrimento da agricultura camponesa subsidiando-o economicamente a classe dominante do campo com o crédito rural subsidiado.

Gráfico 12- Famílias assentadas pelo INCRA no Brasil



Fonte: INCRA/NERA, 2017

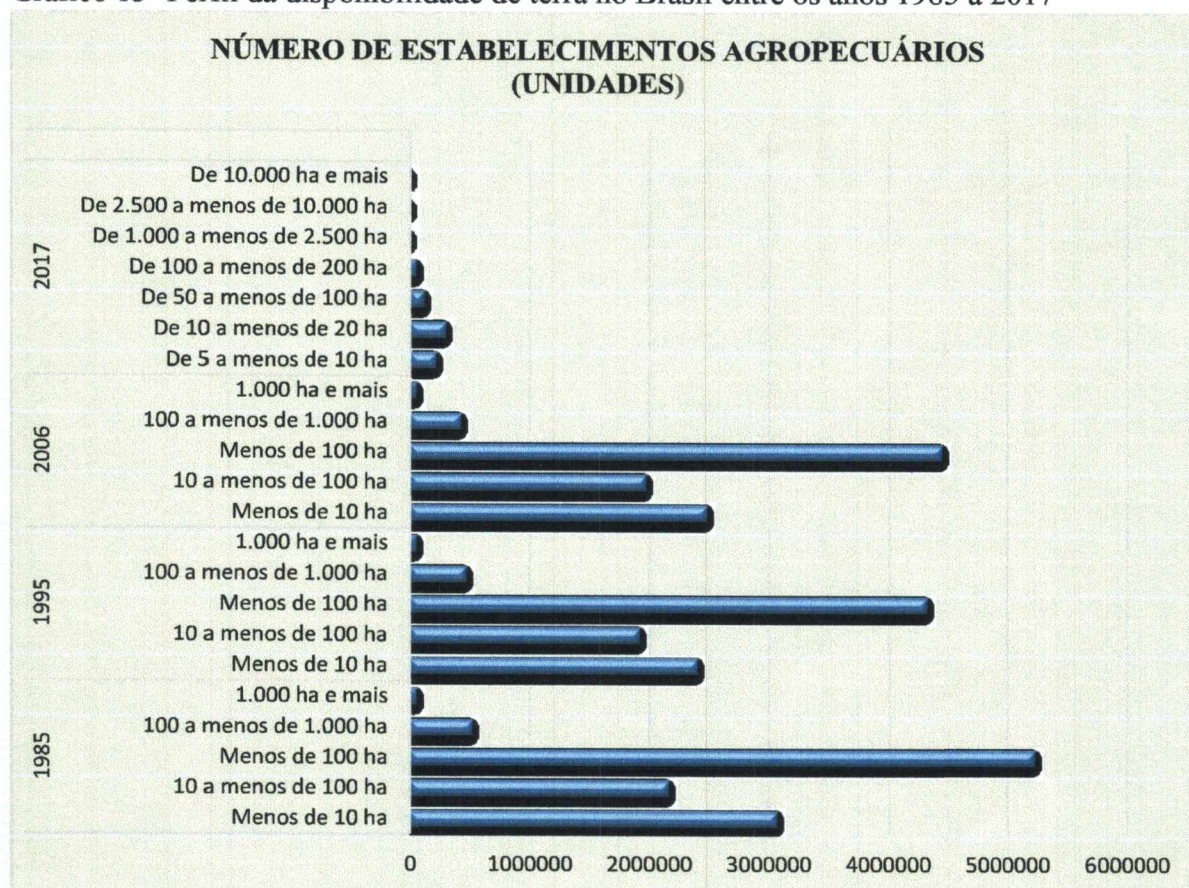
Org.: SOUSA e CARVALHO, 2019

No entanto a estrutura fundiária manteve-se concentrada (Gráfico 13), praticamente inalterada a despeito de vivermos no contexto de governos democráticos e que em 1985 e 2003, foram implementados respectivamente I e II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Contudo a maior decepção dos movimentos sociais populares os quais lutam por uma reforma agrária radical remetendo ao passado de lutas e futuro de incertezas, foi no governo Lula do qual esperavam uma reforma agrária de fato tal como o partido havia prometido, algo que não ocorreu.

A reforma agrária radical se realizada, num horizonte distante terá como principal consequência a emancipação social e uma melhor segurança alimentar, possibilidade difícil de ser alcançada, isso porque, o projeto elitista é pela manutenção do *status quo*, que assegura a concentração de renda e terra gerando uma enorme desigualdade social seja no campo seja na cidade, pois parte da mesma lógica.

Gráfico 13- Perfil da disponibilidade de terra no Brasil entre os anos 1985 a 2017



SOUSA e CARVALHO, 2019

Fonte: IBGE, 2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato é multiforme constituído de diversos atores sociais de realidades distintas às quais representam as mais variadas territorialidades, que estão intimamente ligadas à natureza, pois elas representam a condição *sine qua non* da reprodução material e

cultural das comunidades tradicionais, representam uma tipologia de campesinato específica, sobretudo, quando consideramos o modo de vida desses sujeitos do campo.

O modo de vida que se materializa como condição necessária para reprodução, tem forte entrave do ICMBio em função das penalizações aplicadas aos camponeses do interior do PNLN, ao passo que os empresários modificam o meio ambiente e, sobre eles, não recaem penalidade alguma. Fica claro que Estado não enxerga os comunitários ao negar políticas públicas, necessárias à manutenção de suas vidas, que são básicas, como energia elétrica, educação e saúde deixando-os a mercê da própria sorte.

As demandas por infraestrutura nas comunidades são responsáveis por intenso fluxo migratório das comunidades para o centro urbano, primordialmente em busca de emprego, os quais estão ligados intrinsecamente ao turismo. A maioria deles vão à cidade para realizar trabalhos como guias turísticos, as mulheres se dedicam aos trabalhos domésticos e nas pousadas em alta temporada.

Apesar das adversidades, os camponeses formaram uma intensa mobilização sindical para permanecer em seus territórios e manter seu estilo de vida, pautado na produção agropastoril, para tanto, centram suas energias no termo de compromisso constituído a partir das entidades de classe, que representa os comunitários e o ICMBio. Apesar dos interesses distintos, sobretudo no que se refere à criação de animais soltos, prática ancestral nas comunidades, tem-se avançado muito em ambas as partes.

Além disso, há na comunidade um manejo de baixo impacto aos recursos naturais que se apresenta como alternativa para mitigação dos conflitos entre comunitários e o ICMBio, isso porque o cerne do conflitos tem como esteio o uso dos recursos naturais, para tanto faz-se necessário políticas públicas efetivas voltadas para a agroecologia pois esta visa o uso sustentável do patrimônio natural.

No que refere-se as comunidades de Buriti Amarelo e Ponta do Mangue diferenciam-se nos aspectos geográficos. Buriti Amarelo situada no interior do parque caracteriza-se pela criação de animais, sobretudo galináceos, caprinos e bovinos, não tem influencia direta do turismo, contudo a comunidade de Ponta do Mangue tendo como principal atividade a pesca marítima, outras atividades aparecem de forma secundaria a criação de animais, o turismo (pouco efetivo na renda dos moradores) e agricultura pouco expressiva na localidade.

Além disso Salienta-se que a privatização do PNLN proposta pelo atual governo esta alicerçada na política-econômica neoliberal, visando apenas a obtenção de lucro, concedendo a iniciativa privada serviços por via de licitações prevista em lei. As ações

implementadas pelo ministro de Meio ambiente, Salles ocorrem de forma verticalizadas as quais não abrem margem para o dialogo com os campesinos das comunidades estão perímetro do PLNM.

A pesquisa realizada com os sujeitos que formam a territorialidade local constitui-se ferramentar no planejamento e ordenamento do território, para tanto realizou-se um estudo horizontal o qual leva em considerações o cotidiano dos atores socioespaciais. Nessa via, esta pesquisa fundamenta politicas publicas as quais atendem anseios das populações tradicionais residentes no PNLM. Espera-se que o presente diagnostico levantado nesta pesquisa sobre a perspectiva da horizontalidade seja um instrumento que inclua esses agentes socioespaciais subsidiano suaa fala.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrária em Questão**. 3. Ed. – São Paulo: Edusp, 2007.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.
- ALTIERI, **Agroecologia: princípios e Estratégias para Agricultura Sustentável na América Latina do Século XXI**. – in: O desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo: princípios e tecnologias./ Organizado por Emanuel Gomes de Moura e Alana das Chagas Ferreira Aguiar. – São Luís: UEMA, 2006.
- ARRUDA, R. **“Populações Tradicionais” E A Proteção Dos Recursos Naturais Em Unidades De Conservação**. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 – 2º Semestre de 1999.
- ARRUZZO. R. C, **Os Sentidos das Territorialidades e os Conflitos Territoriais entre Agronegócio e os Guarani Kaiowá no Mato Grosso Do Sul**. Dourados Ed, Lamparina, 2013.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005.
- BECKER, Bertha K. **“Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia”**. Cadernos NADIAM, Brasília, MMA, 1999.
- BELEZA, R. L.; PEREIRA, R. M. F. A. **Aspectos Geo-Históricos e econômicos de Barreirinhas, seus Povoados e o PNLM (Parque Nacional Dos Lençóis Maranhenses), como atrativo turístico**. Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil. X Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2016.
- BELEZA, R. L. **Ecogastronomia para incremento da atividade turística nos Povoados de Barreirinhas, MA Município: Estudo onde se situa a maior parte do PNLM (Parque nacional dos Lençóis Maranhenses)**. In: <http://siaibib01.univali.br/pdf/ronaldo%20luiz%20beleze.pdf> Balneário Camboriú, 2015.
- BRASIL, **Bolsa verde**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/iniciativas-de-uso-sustent%C3%A1vel/itemlist/category/74-bolsa-verde.feed>. acesso em: 14 Nov 2019.

BRASIL, **Decreto nº 051**, de 19, de abril de 2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm, Brasília, DF: Luiz Inácio Lula da Silva, Celso Luiz Nunes Amorim 2004

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. DEC 6.040/2007 (DECRETO DO EXECUTIVO) 07/02/2007: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007.

BRASIL, **constituição de (1998) TÍTULO VIII da Ordem Social**. SEÇÃO II Da Cultura. - Brasília, DF, 1998.

CAMACHO, R. S. **Algumas considerações acerca do camponês**. X fórum ambiental da alta Paulista, V. 10, 2014.

CANDIDO, A. **As Formas de Solidariedade** (1964). In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARVALHO H. M. **De Produtor Rural Familiar a Camponês: a catarse necessária**. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2009.pdf. Curitiba, 26 de fevereiro de 2009.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI Possibilidades e condicionates do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, C. E. **A Política Nacional de Proteção da Natureza e seus Desdobramentos no Território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2012 Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CATAIA, M. **A geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: o caso da criação de novos municípios na região Centro-Oeste do Brasil durante o regime militar**. *Revista Scripta Nova*, Barcelona, Universidad de Barcelona, Vol. X, núm. 218 (22), 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-22.htm>.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução Rosa María Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A. V. **Peasant farm organization** (1925) THORNER, Daniel,

DIAS, R. G. **Tempo de Muito Chapé e Pouca Cabeça, de Muito Pasto e Pouco Rastro: ação estatal e suas Implicações para as Comunidades Tradicionais no Parque Nacional dos lençóis Maranhenses/ Rosane Gomes Dias, 2017.**

DENKER, A. F.M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 4. ed. São Paulo: Editora Futura, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. – São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996

DIEGUES, A. C. S. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf-São Paulo, FEVEREIRO DE 2000.

ESTADÃO, **Governo quer conceder 20 parques nacionais à iniciativa privada este ano**. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,governo-quer-conceder-20-parques-nacionais-a-iniciativa-privada-este-ano,70002824450>. Acesso em: 12 out 2019.

DT/DTI-2. **Famílias assentadas no Brasil**. Disponível em :https://www.google.com/search?q=dt%2Fdti2&rlz=1C1GCEA_enBR772BR772&oq=dt%2Fdti-2&aqs=chrome..69i57j69i58j69i60l2.807j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 12 Out 2019.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. – Petropolis, RJ: Vozes, 2000

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. OSAL [Año IX Nº 24 - Outubro de 2008]. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>. Acesso em: 12 Out 2019.

FERNADES, B. M. . **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antonio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**. Dispniavel:http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%c3%a3o%20agr%c3%a1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 Set 2019.

FERREIRA. D, S. **Território, Territorialidade e Seus Múltiplos Enfoques na Ciência Geográfica**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014.

GLISSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura susentável**. 4ª ed. - Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS, 2009.

GODOI, E. P; MENEZES, M. A; MARIN, R. A. **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias: Estratégias de reprodução social**. Editora UNESP Direitos de publicação reservados à: Fundação Editora da Unesp (feu) 2009. In: woortmann, E. F. **O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU) 2009.

GOOGLE, **Lagoas e dunas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Disponível em: https://www.google.com/search?q=Lagoas+e+dunas+do+Parque+Nacional+dos+Len%C3%A7%C3%B3is+Maranhenses&rlz=1C1GCEA_enBR772BR772&sxsrf=ACYBGNQaI8LBvDJ-sl_HOycC8fmMwooy0g:1574170706185&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiG5ofusvblAhXSIbkGHbacDTwQ_AUIEygC&biw=1745&bih=852#imgrc=UOitDN7QzbvjM: acesso em: 12 Out 2019.

GREENPEACE, **Ações Efetivadas e Promessas nos Primeiros 100 Dias de Governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.greenpeace.org.br/hubfs/atos-medidas-bolsonaro-100dias.pdf>. Acesso em: 12 Out 2019.

GUIMARÃES, A. P. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

- HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios a Multiterritorialidade**, Porto Alegre, 2004.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**/ David Harvey. – São Paulo: Annablume, 2005.
- HECHT, B. H. **A evolução do pensamento agroecológico**. In: Alternativa, M. A. as bases científicas da agricultura alternativa. – Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- IBAMA. **Plano de Manejo**: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas: Ibama, 2004. 1CD. paginação irregular.
- IBGE. **População residente por pessoa**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> acesso em 07 de dezembro. de 2018.
- IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario>. Acesso em: 12 Out 2019.
- IBGE. **Efetivos dos rebanhos por cabeça**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> acesso em 02 de dezembro. de 2018.
- IBGE. **Produto das lavouras temporárias e permanentes**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> acesso em 04 de dezembro. de 2018.
- IBGE. **Cidades**. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/barreirinhas/historico>. Acesso em: dezembro. 2018.
- ICMBio. Encarte 1- **Informações Gerais da Unidade de Conservações**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/>> acesso em 08 de dezembro. de 2018.
- KAUTSKY, K. . **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- MARQUES, I. M. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Presidente Prudente: **Revista NERA** – ano 11, N. 12 – janeiro/ junho de 2008.
- MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9. ed. Revisada e ampliada- São Paulo: Contexto, 2010
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. **O cativo da Terra**. 6ª edição. Hucitec, São Paulo, 1996.
- MARTINS, S. P. **Direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENDRAS, H. **La fin dès paysans, suivi d'une reflexion sur la fin des paysans, vingt ans après**. Paris: Actes Sud, 1984.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?: Por uma Epistemologia Critica**. – 1. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.
- MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE). **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília, 2006. Disponível em: . Acesso em: 06 mar. 2017.
- NAKATANI, P. et al. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 213-240, abr./jun. 2012.
- NASCIMENTO, C. **Igreja Católica e a Luta Pela Reforma Agrária no Brasil. Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.14, núm. 1, 2010, pp. 175-196 Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil.

NEVES, D. P. Importância dos Mediadores Culturais Para a Promoção do Desenvolvimento Social. In: Moura, E. G. O; Aguiar, A. C. F. O desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo: princípios e tecnologias./ Organizado por Emanuel Gomes de Moura e Alana das Chagas Ferreira Aguiar. – São Luís: UEMA, 2006.

O IMPACIAL, **Ministro do Meio Ambiente defende privatização dos Lençóis Maranhenses**. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/politica/2019/04/ministro-do-meio-ambiente-defende-privatizacao-dos-lencois-maranhenses/> acesso em: 12 out 2019.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. São Paulo: ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.

PLOEG, J. D. V. **O Modo De Produção Camponês Revisitado**. Ed.- São Paulo; Porto Alegre: Editora UFRGS & Editora UNESP, 2016c.

PLOEG, J. D. V. Tradução Claudio Freitas. **Estudos Camponeses e a Mudança Agrária: Camponeses e a arte da agricultura**. 1. Ed.- São Paulo; Porto Alegre: Editora UFRGS & Editora UNESP, 2016b.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In; PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** / PETERSEN, P. (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

POLANYI, K. **The Great Transformation**. Boston: Beacon Press. 1971.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Geografia Política**. Leipzig, Munique. 1897.

RATZEL, F. **Politische Geographie**. Osnabrück: Otto Zeller Verlag, 1974 1897. Reprodução a terceira edição alemã, preparada por Eugen Oberhammer e publicada em Munique e Berlim em 1923.

ROCHA, G. M. R; DRUMMOND, J. A; GANEM, R. S. **Parques Nacionais Brasileiros: Problemas Fundiários e Alternativas para sua Resolução**. R. Sociol. Polít; Curitiba, V. 18, N. 36, p. 205 – 226, Jun. 2010.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, No 2, 1999, p. 15-26.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**. Hucitec: São Paulo. 1978.

SAQUET, M. A. **POR UMA ABORDAGEM TERRITORIAL**. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos / T327 Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores). 1ª ed. Editora Expressão: Popular São Paulo – 2009

SAQUET, M, A. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** Geosul, Florianópolis, jan./jun. 2007.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas.** México: Fondo de Cultura, 1979.

SILVA, T. J. **Agricultura Camponesa: a produção e comercialização dos produtos agrícolas no Município de Jangada – MT.** 2014. 53 f., il. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2014.

SNUC. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p.1. Disponível em: . Acesso em: 06 mar. 2017.

GRAZIANO, S. J. **O Novo Rural Brasileiro.** Campinas: Unicamp, 1999.

SOUZA, M. L. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental.** In; **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos / SAQUET, M. Aurelio, SPOSITO, E. S. (org),** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TAUAN, YI – FU, 1930. **Topofilia** (livro eletrônico): um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente/ YI – FU TUAN; tradução: Livia de Oliveira. – Eduel, 2015.

TAUSSIG, Michael. *The devil commodity fetichism in South America.* Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.

TERRA, A. Conflitos Socioambientais na Gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso das comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal. ed. **Boletim Goiano de Geografia** (Online). Goiânia, 2017.

TERRA, A. **Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** In: Porto, I. M. R.(Org) Geografias em Questão. – São Luís: EDUEMA, 2016.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. PRESIDENTE PRUDENTE, 2009.

THOMPSON, Eric P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência / Yi-fu Tuan;** tradução: Livia de Oliveira. – Londrina: Eduel, 2013.

VEIGA, J. E . **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec, 1991.

VELLEJO, L. R. **Os Parques e Reservas como Instrumentos do Ordenamento Territorial.**In: Almeida, F.G; Soares, L. A. A. Ordenamento Territorial: Coletanea de textos com diferentes abordagens no contexto Brasileiro. – RJ: Bertrand Brasil, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade.** Estudos de sociologia agrícola, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009.

WOORTMANN, E. F. **O Saber Camponês: Práticas Ecológicas Tradicionais e Inovações.** In: GODOI, E. P; MENEZES, M. A; MARIN, R. A. (orgs.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social.São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, K. **Série Antropologia: O Modo de Produção Doméstico em Duas Perspectivas:** Chayanov E Sahlins. Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília 70910-900 – Brasília, 2001: Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie293empdf.pdf>: acesso em: 12 Out, 2019.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia:** O Campesinato Como Ordem Moral, in Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.